



IOCHPE-MAXION

Demonstrações Financeiras 2016

- Líder mundial na produção de rodas automotivas
- Um dos líderes em produção de componentes estruturais para veículos comerciais nas Américas
- 32 unidades fabris localizadas em 14 países

www.iochpe.com.br

1. VISÃO GERAL DA COMPANHIA

A Iochpe-Maxion é uma companhia global, líder mundial na produção de rodas automotivas, um dos principais produtores de componentes estruturais automotivos nas Américas e também líder na produção de equipamentos ferroviários no Brasil.

Contamos com 32 unidades fabris, localizadas em 14 países e cerca de 14 mil funcionários, o que nos capacita a atender os nossos clientes ao redor do mundo nos prazos e padrões de qualidade e competitividade exigidos por eles.

Somos uma Companhia que possui alto nível de conhecimento técnico e que busca constantemente fornecer soluções inovadoras nas áreas em que atuamos, utilizando macro-tendências globais para direcionar o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias de forma independente ou em cooperação com parceiros estratégicos.

Operamos nosso negócio por meio de três divisões: Maxion Wheels, Maxion Structural Components e Amsted-Maxion (negócios em conjunto).

Na Maxion Wheels, produzimos e comercializamos uma ampla gama de rodas de aço para veículos leves, comerciais e máquinas agrícolas e rodas de alumínio para veículos leves.

Na Maxion Structural Components, produzimos longarinas, travessas e chassis montados para veículos comerciais e conjuntos estruturais para veículos leves.

Na Amsted-Maxion, produzimos vagões de carga, rodas e fundidos ferroviários e fundidos industriais.

2. DESTAQUES

- Receita operacional líquida consolidada de R\$ 1.678,5 milhões no 4T16 e R\$ 6.816,5 milhões em 2016, uma redução de 8,6% em relação ao 4T15 e de 0,4% em relação a 2015;
- Geração bruta de caixa (EBITDA) de R\$ 189,2 milhões no 4T16 e R\$ 796,2 milhões em 2016, um aumento de 15,4% em relação ao 4T15 e de 6,0% em relação a 2015;
- Lucro líquido de R\$ 16,8 milhões no 4T16 e de R\$ 21,5 milhões em 2016, uma melhora de 201,3% em relação ao 4T15 e uma queda de 56,4% em relação a 2015;
- Endividamento líquido de R\$ 2.628,5 milhões ao final de 2016 (R\$ 2.675,6 milhões no final de 2015), com consequente redução da alavancagem financeira (endividamento líquido/EBITDA) de 3,56x ao final de 2015 para 3,30x ao final de 2016;
- Aumento da capacidade produtiva em rodas de alumínio no Brasil (Santo André e ramp-up da fábrica de Limeira), que alinhada à demanda existente, gerou um aumento de 57,0% na receita líquida deste produto durante o ano de 2016.
- Contínuo esforço na redução de custos e aumento da produtividade, com ênfase na reestruturação de nossas operações no Brasil.
- Conclusão em fevereiro de 2017 (período subsequente) da operação de financiamento (syndicated loan) no montante de EUR 130 milhões, melhorando o perfil da dívida (alongamento de prazo e redução de custo médio) e o alinhamento de moedas entre o endividamento e a geração de caixa da Companhia.
- Encerramento em março de 2017 (período subsequente) do aumento de capital privado no montante total proposto de R\$ 400,0 milhões, aprimorando a estrutura de capital da Companhia, por meio da redução do endividamento e da alavancagem financeira.
- Adicionalmente, até março de 2017 (período subsequente), houve conversão de debêntures da 6ª emissão em ações da Companhia no montante de R\$ 17,0 milhões e subscrição de ações da Companhia pelo exercício do bônus de subscrição emitidos como vantagem adicional aos subscritores da 7ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 136,0 milhões, contribuindo para a redução do endividamento e da alavancagem financeira da Companhia.

3. MERCADO

A produção de veículos e máquinas agrícolas, nas regiões onde se concentram o maior percentual do faturamento consolidado da Companhia, apresentou o seguinte comportamento nos períodos indicados (em unidades):

Segmento	Brasil (1)			Nafta (2)			Europa (2)		
	4T15	4T16	Var.	4T15	4T16	Var.	4T15	4T16	Var.
Veículos Leves	505.481	573.549	13,5%	4.328.782	4.360.728	0,7%	4.839.148	4.933.947	2,0%
Veículos Comerciais	17.549	18.322	4,4%	132.618	100.496	-24,2%	127.799	132.030	3,3%
Total Veículos	523.030	591.871	13,2%	4.461.400	4.461.224	0,0%	4.966.947	5.065.977	2,0%
Máquinas Agrícolas	9.729	17.470	79,6%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Segmento	2015	2016	Var.	2015	2016	Var.	2015	2016	Var.
Veículos Leves	2.333.861	2.077.169	-11,0%	17.495.387	17.824.852	1,9%	19.351.808	20.114.621	3,9%
Veículos Comerciais	95.560	79.187	-17,1%	562.936	469.251	-16,6%	462.882	482.810	4,3%
Total Veículos	2.429.421	2.156.356	-11,2%	18.058.323	18.294.103	1,3%	19.814.690	20.597.431	4,0%
Máquinas Agrícolas	55.938	54.032	-3,4%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) Fonte: ANFAVEA

(2) Fonte: IHS Automotive (Veículos Leves) e LMC Automotive (Veículos Comerciais)

Europa: Considera EU27 + Turquia

Segundo estimativas da AmstedMaxion, o mercado brasileiro de equipamentos ferroviários apresentou o seguinte comportamento nos períodos indicados:

Segmento	4T15	4T16	Var.	2015	2016	Var.
Vagões de Carga (unidade)	1.130	1.079	-4,5%	4.608	3.903	-15,3%
Rodas Ferroviárias (unidade)*	18.694	10.481	-43,9%	72.625	57.270	-21,1%
Fundidos Ferroviários (tonelada)*	756	786	3,9%	3.145	3.504	11,4%

(* Não inclui rodas e fundidos utilizados na montagem de vagões novos.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL FINANCEIRO

DRE Consolidado - R\$ mil	4T15	4T16	Var.	2015	2016	Var.
Receita Operacional Líquida	1.835.653	1.678.459	-8,6%	6.846.456	6.816.454	-0,4%
Custo dos Produtos Vendidos	(1.603.846)	(1.423.897)	-11,2%	(5.954.428)	(5.844.666)	-1,8%
Lucro Bruto	231.806	254.562	9,8%	892.028	971.788	8,9%
	12,6%	15,2%		13,0%	14,3%	
Despesas Operacionais	(146.738)	(140.517)	-4,2%	(513.074)	(463.667)	-9,6%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.808)	(3.097)	-35,6%	70.648	(28.799)	-140,8%
Lucro Operacional (EBIT)	80.260	110.948	38,2%	449.602	479.322	6,6%
	4,4%	6,6%		6,6%	7,0%	
Resultado Financeiro	(78.616)	(80.212)	2,0%	(316.760)	(344.490)	8,8%
Imposto de Renda/Contribuição Social	12.292	3.159	-74,3%	(12.993)	(45.702)	251,7%
Participação de Não Controladores	(30.567)	(17.047)	-44,2%	(70.483)	(67.599)	-4,1%
Lucro Líquido	(16.631)	16.848	201,3%	49.366	21.531	-56,4%
	-0,9%	1,0%		0,7%	0,3%	
EBITDA	164.062	189.250	15,4%	751.067	796.224	6,0%
	8,9%	11,3%		11,0%	11,7%	
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.808	3.097	-35,6%	(70.648)	28.799	-140,8%
EBITDA Ajustado sem Equivalência Patrimonial	168.869	192.347	13,9%	680.419	825.024	21,3%
	9,2%	11,5%		9,9%	12,1%	

4.1. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida consolidada alcançou R\$ 1.678,5 milhões no 4T16 e R\$ 6.816,5 milhões em 2016, uma queda de 8,6% em relação ao 4T15 e de 0,4% em relação a 2015.

O resultado no 4T16 foi influenciado positivamente pelo crescimento das vendas domésticas, principalmente de rodas de alumínio e pelo aumento da produção de máquinas agrícolas, e de forma negativa (i) pela redução em Reais da receita das vendas internacionais da Companhia por conta da variação cambial e (ii) pela forte queda da produção de veículos comerciais no NAFTA.

Desconsiderando os efeitos da variação cambial (valor negativo de R\$ 218,9 milhões no 4T16), a receita operacional líquida no 4T16 teria apresentado um crescimento de 3,4%.

As vendas domésticas atingiram R\$ 376,5 milhões no 4T16 e R\$ 1.400,3 milhões em 2016 e representaram 22,4% e 20,5%, respectivamente, da receita operacional líquida consolidada, um aumento de 40,8% em relação ao 4T15 e de 3,7% em relação a 2015.

As vendas internacionais atingiram R\$ 1.302,0 milhões (US\$ 395,9 milhões) no 4T16 e R\$ 5.416,2 milhões (US\$ 1.554,1 milhões) em 2016 e representaram 77,6% e 79,5%, respectivamente, da receita operacional líquida consolidada, uma queda de 17,0% e 1,4% em Reais e uma queda de 3,0% e 5,5% em Dólares, quando comparadas ao 4T15 e a 2015, respectivamente.

A queda da venda em Dólares se deve principalmente à queda do volume de produção de veículos comerciais no NAFTA que ocasionou um impacto negativo no 4T16 e em 2016 de US\$ 12,7 milhões e US\$ 69,1 milhões, respectivamente, quando comparados aos mesmos períodos de 2015.

A tabela a seguir apresenta o comportamento da receita operacional líquida consolidada por origem e por tipo de produto, nos períodos indicados.

Receita Operacional Líquida - R\$ mil	4T15	4T16	Var.	2015	2016	Var.
Rodas Alumínio (Veículos Leves)	45.858	83.671	82,5%	199.016	312.376	57,0%
Rodas Aço (Veículos Leves)	65.775	77.519	17,9%	304.439	268.571	-11,8%
Rodas Aço (Veículos Comerciais)	46.507	76.885	65,3%	299.630	295.083	-1,5%
Componentes Estruturais (Veículos Leves)	39.296	40.634	3,4%	152.231	142.529	-6,4%
Componentes Estruturais (Veículos Comerciais)	70.049	97.789	39,6%	395.301	381.697	-3,4%
América do Sul	267.484	376.497	40,8%	1.350.617	1.400.256	3,7%
	14,6%	22,4%		19,7%	20,5%	
Rodas Alumínio (Veículos Leves)	83.012	65.454	-21,2%	282.250	291.782	3,4%
Rodas Aço (Veículos Leves)	299.216	262.169	-12,4%	1.098.581	1.078.141	-1,9%
Rodas Aço (Veículos Comerciais)	63.410	57.592	-9,2%	266.686	241.862	-9,3%
Componentes Estruturais (Veículos Comerciais)	192.858	119.574	-38,0%	698.744	532.585	-23,8%
América do Norte	638.496	504.789	-20,9%	2.346.260	2.144.369	-8,6%
	34,8%	30,1%		34,3%	31,5%	
Rodas Alumínio (Veículos Leves)	351.251	345.182	-1,7%	1.216.426	1.317.986	8,3%
Rodas Aço (Veículos Leves)	266.500	200.233	-24,9%	809.035	814.205	0,6%
Rodas Aço (Veículos Comerciais)	152.734	127.193	-16,7%	562.318	585.218	4,1%
Europa	770.485	672.608	-12,7%	2.587.779	2.717.409	5,0%
	42,0%	40,1%		37,8%	39,9%	
Rodas Alumínio (Veículos Leves)	93.638	70.562	-24,6%	324.017	306.208	-5,5%
Rodas Aço (Veículos Leves)	17.097	18.754	9,7%	67.650	75.418	11,5%
Rodas Aço (Veículos Comerciais)	48.452	35.251	-27,2%	170.134	172.794	1,6%
Ásia + Outros	159.186	124.566	-21,7%	561.800	554.420	-1,3%
	8,7%	7,4%		8,2%	8,1%	
Iochpe-Maxion Consolidado	1.835.652	1.678.460	-8,6%	6.846.456	6.816.454	-0,4%
	100,0%	100,0%		100,0%	100,0%	
Maxion Wheels	1.533.450	1.420.463	-7,4%	5.600.180	5.759.644	2,8%
	83,5%	84,6%		81,8%	84,5%	
Maxion Structural Components	302.203	257.997	-14,6%	1.246.275	1.056.811	-15,2%
	16,5%	15,4%		18,2%	15,5%	

4.2. Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos atingiu R\$ 1.423,9 milhões no 4T16 e R\$ 5.844,7 milhões em 2016, uma queda de 11,2% em relação ao 4T15 e de 1,8% em relação a 2015. A sua participação em relação à receita operacional líquida consolidada diminuiu de 87,4% no 4T15 para 84,8% no 4T16 e de 87,0% em 2015 para 85,7% em 2016.

4.3. Lucro Bruto

O lucro bruto no 4T16 foi de R\$ 254,6 milhões, com margem bruta de 15,2% e de R\$ 971,8 milhões em 2016, com margem bruta de 14,3%, um crescimento de 9,8% em relação ao 4T15 e de 8,6% em relação a 2015, quando os valores foram de R\$ 231,8 milhões, com margem bruta de 12,6% e R\$ 892,0 milhões, com margem bruta de 13,0%, respectivamente.

www.iochpe.com.br

4.4. Despesas Operacionais Líquidas

As despesas operacionais líquidas atingiram R\$ 140,5 milhões no 4T16 e R\$ 463,7 milhões em 2016, uma queda de 4,2% em relação ao 4T15 e de 9,6% em relação a 2015. A sua participação em relação à receita operacional líquida consolidada aumentou de 8,0% no 4T15 para 8,4% no 4T16 e diminuiu de 7,5% em 2015 para 6,8% em 2016.

Desconsiderando os efeitos não recorrentes em ambos os períodos (especialmente o ganho gerado com a venda de um imóvel da Companhia localizado em Guarulhos e concluída no 1T16), as despesas operacionais em 2016 teriam apresentado um aumento de 8,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. E a sua participação em relação à receita operacional líquida teria sido de 7,9% (7,3% em 2015).

4.5. Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial atingiu um valor negativo de R\$ 3,1 milhões no 4T16 e de R\$ 28,8 milhões em 2016, uma melhora em relação ao valor negativo de R\$ 4,8 milhões apresentado no 4T15 e uma piora em relação ao valor positivo de R\$ 70,6 milhões em 2015.

O resultado da equivalência patrimonial em 2015 foi favoravelmente impactado pelo ganho não recorrente de R\$ 80,3 milhões gerado pela venda de participação na AmstedMaxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. e o decorrente ajuste do investimento remanescente a valor justo.

A tabela a seguir apresenta os valores correspondentes às participações societárias da Iochpe-Maxion nas principais linhas do demonstrativo de resultados dos negócios controlados em conjunto e registrados pelo método de equivalência patrimonial.

DRE - R\$ mil	4T15			4T16			Var.
	Amsted Maxion	Maxion Montich	Total	Amsted Maxion	Maxion Montich	Total	
Receita Operacional Líquida	39.689	19.521	59.210	109.075	35.321	144.396	143,9%
Custo dos Produtos Vendidos	(33.885)	(17.453)	(51.338)	(98.853)	(32.296)	(131.149)	155,5%
Lucro Bruto	5.804	2.069	7.873	10.222	3.025	13.247	68,3%
Despesas Operacionais	(5.289)	(2.033)	(7.322)	(11.329)	(1.118)	(12.447)	70,0%
Equivalência Patrimonial (*)	(1.313)	-	(1.313)	(2.732)	-	(2.732)	-
Resultado Financeiro	(5.077)	(440)	(5.517)	(11.866)	(2.050)	(13.917)	152,3%
Imposto de Renda/Contribuição Social	1.428	42	1.470	501	140	641	56,4%
Lucro Líquido (Prejuízo)	(4.446)	(362)	(4.808)	(15.204)	(3)	(15.206)	-216,3%
EBITDA	292	(201)	91	672	3.086	3.758	4013,5%

DRE - R\$ mil	2015			2016			Var.
	Amsted Maxion	Maxion Montich	Total	Amsted Maxion	Maxion Montich	Total	
Receita Operacional Líquida	281.744	77.796	359.540	139.555	46.564	186.118	-48,2%
Custo dos Produtos Vendidos	(238.701)	(70.925)	(309.626)	(129.822)	(42.535)	(172.357)	-44,3%
Lucro Bruto	43.043	6.871	49.914	9.732	4.028	13.761	-72,4%
Receitas (Despesas) Operacionais	92.354	(6.793)	85.561	(15.136)	(2.196)	(17.332)	-120,3%
Equivalência Patrimonial	(550)	-	(550)	(6.030)	-	(6.030)	-
Resultado							

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em milhares de Reais - R\$)

Nota explicativa	Reservas de capital			Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial			Participação dos não controladores		Patrimônio líquido total	
	Capital social	Opções outorgadas reconhecidas	Ágio na venda de ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva estatutária de investimento e de capital de giro	Ações em tesouraria	Custo atribuído ao ativo imobilizado	Outros resultados abrangentes	Lucros do exercício	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		Patrimônio líquido das controladas
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	700.000	2.783	300	63.880	192.666	(6.105)	111.574	318.296	-	1.383.394	221.109	1.604.503
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	49.366	49.366	70.483	119.849
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	741.993	-	741.993	68.479	810.472
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	741.993	49.366	791.359	138.962	930.321
Ações em tesouraria vendidas	-	-	-	-	-	63	-	-	-	63	-	63
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(7.080)	-	7.080	-	-	-
Baixa do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(484)	-	-	(484)	-	(484)
Dividendos destinados aos acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(57.028)	(57.028)
Destinações do lucro líquido do exercício:												
Reserva legal	20.c	-	-	2.822	-	-	-	-	(2.822)	-	-	-
Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro	20.c	-	-	-	32.739	-	-	-	(32.739)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios em complemento aos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
juros sobre o capital próprio	20.c	-	-	-	-	-	-	-	(20.885)	(20.885)	-	(20.885)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	700.000	2.783	300	66.702	225.405	(6.042)	104.010	1.060.289	-	2.153.447	303.043	2.456.490
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	21.531	21.531	67.599	89.130
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(378.040)	-	(378.040)	(59.867)	(437.907)
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	(378.040)	21.531	(356.509)	7.732	(348.777)
Ações em tesouraria vendidas	-	-	-	-	-	106	-	-	-	106	-	106
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	(2.155)	-	-	-	(2.155)	-	(2.155)
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(6.701)	-	6.701	-	-	-
Baixa do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(458)	-	-	(458)	-	(458)
Dividendos destinados aos acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.683)	(77.683)
Destinações do lucro líquido do exercício:												
Reserva legal	20.c	-	-	1.412	-	-	-	-	(1.412)	-	-	-
Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro	20.c	-	-	-	16.374	-	-	-	(16.374)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.c	-	-	-	-	-	-	-	(10.446)	(10.446)	-	(10.446)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	700.000	2.783	300	68.114	241.779	(8.091)	96.851	682.249	-	1.783.985	233.092	2.017.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na Rua Dr. Othon Barcellos, 83, na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com o código de negociação MYPK3.

As atividades da Companhia e de suas controladas são desenvolvidas em 32 unidades distribuídas no Brasil e no exterior, organizadas no segmento automotivo, divididas entre as unidades de rodas e componentes estruturais, conforme segue:

- Fabricação e comercialização de rodas pesadas de aço.
- Fabricação e comercialização de rodas leves de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios.
- Fabricação e comercialização de rodas leves de alumínio para automóveis.
- Fabricação e comercialização de componentes estruturais pesados (chassis completos, longarinas e travessas) e estampados para veículos comerciais.
- Fabricação e comercialização de componentes estruturais leves e automotivos (estampados para veículos de passageiros, alavancas de freio de mão, conjunto de pedais, conjuntos soldados, peças estruturais e outros componentes automotivos).

País	Localidade	Rodas	Componentes estruturais
África do Sul	Johannesburg	(c)	
Alemanha	Königswinter	(a) (b)	
Argentina	Córdoba		(d) (e)
Brasil	Cruzeiro	(a)	(d) (e)
Brasil	Contagem		(e)
Brasil	Juiz de Fora		(d)
Brasil	Limeira	(b) (c)	
Brasil	Resende		(d)
Brasil	Santo André	(c)	
Brasil	Sete Lagoas		(d)
China	Nantong	(a)	
Espanha	Manresa	(b)	
Estados Unidos da América	Akron	(a)	
Estados Unidos da América	Sedalia	(b)	
Índia	Pune	(a) (b)	
Itália	Dello	(c)	
México	Castañón		(d) (e)
México	Chihuahua	(c)	
México	San Luis Potosi	(a) (b)	
República Checa	Ostrava	(b) (c)	
Taiilândia	Saraburi	(c)	
Turquia	Manisa	(a) (b) (c)	
Uruguai	Canelones		(d)

A Companhia, por meio da Remon Resende Montadora Ltda. ("Remon"), sua subsidiária não integral, também atua na prestação de serviços de montagem e balanceamento de conjunto de pneus e rodas em sua unidade de Resende - Rio de Janeiro. A Companhia, por meio da Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. ("AmstedMaxionFundição"), seu negócio em conjunto localizado na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, dedica-se à produção de fundidos industriais e rodas ferroviárias. A AmstedMaxionFundição, por meio da Amsted Maxion Serviços e Equipamentos Ferroviários S.A. ("AmstedMaxionFerroviário"), seu negócio em conjunto localizado na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, dedica-se à produção e comercialização de vagões ferroviários. Também são comercializadas rodas leves e pesadas na unidade localizada na cidade de Novi, nos Estados Unidos da América.

2. EMPRESAS DO GRUPO

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

País	Participação direta - %		Participação indireta - %	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	100,00	100,00	-	-
Remon-Resende Montadora Ltda.	33,33	33,33	-	-
Maxion (Nantong) Wheels Co., Ltd.	100,00	100,00	-	-
Newbridge Strategic Partners (1)	100,00	100,00	-	-
Iochpe-Maxion Austria GmbH	100,00	100,00	-	-
Maxion Wheels Immobilien GmbH & Co. KG	-	-	5,10	5,10
Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.	-	-	100,00	100,00
Ingenieria y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.	-	-	100,00	100,00
Servicios Corporativos Inmagusa, S.A. de C.V.	-	-	100,00	100,00
Representaciones Inmagusa, S.A. de C.V.	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	-	-	100,00	100,00
Servicios Maxion Wheels San Luis Potosi, S.A. de C.V.	-	-	100,00	100,00
Servicios Maxion Wheels Chihuahua, S. de R.L. de C.V.	-	-	100,00	100,00
Iochpe Holdings Austria GmbH	-	-	100,00	100,00
Iochpe Holdings, LLC	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels U.S.A. LLC	-	-	100,00	100,00
HLI Delaware Holdings, LLC	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Akron LLC	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Sedalia LLC	-	-	100,00	100,00
Maxion Import LLC	-	-	100,00	100,00
Maxion Luxembourg Holdings S.à.r.l.	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Europe S.à.r.l	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels South Africa (Pty) Ltd.	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Japan K.K.	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Czech s.r.o.	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels EAAP Holding GmbH	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels España S.L.	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz Barcelona, S.L.	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Italy Holding, S.r.l.	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Italia S.r.l.	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd.	-	-	70,09	70,09
Maxion Wheels Germany Holding GmbH	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Königswinter GmbH	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Immobilien GmbH & Co. KG	-	-	94,90	94,90
Kalyani Maxion Wheels Private Limited	-	-	85,00	85,00
Maxion Wheels Werke GmbH	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels do Brasil Ltda.	-	-	100,00	100,00
Remon-Resende Montadora Ltda.	-	-	33,33	33,33
Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.	-	-	60,00	60,00
Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S	-	-	60,00	60,00

(1) Controlada inativa.

Negócios em conjunto

Os investimentos nos negócios em conjunto AmstedMaxionFundição e Maxion Montich S.A. ("Maxion Montich"), com 40,25% e 50% de participação respectivamente, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 1º de agosto de 2016, conforme divulgado em fato relevante naquela data, a Greenbrier do Brasil Participações Ltda. ("Greenbrier") subscreveu adicionalmente 19,5% do capital da controlada em conjunto AmstedMaxionFundição, pelo valor de R\$ 32.740, e consequentemente a Companhia passou a deter 40,25% do patrimônio líquido da sua controlada em conjunto.

www.iochpe.com.br

continua...

a.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Os principais procedimentos de consolidação incluem:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das controladas, diretas e indiretas.
- Eliminação das transações intercompanhias, dos saldos e dos ganhos e das perdas não realizados em transações entre as Empresas do Grupo. Perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação possua evidências de perda de valor ("impairment") do ativo transferido.

a.3. Conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior

A Companhia revisa as práticas contábeis adotadas pelas controladas no exterior e, na eventualidade de diferenças com aquelas adotadas no Brasil, efetua ajustes no patrimônio líquido e no resultado do exercício antes de apurar o resultado e a equivalência patrimonial.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados e todas as demais movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média, considerado um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio da data do balanço.

Os ganhos ou as perdas resultantes da conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior para a moeda de apresentação da Companhia são reconhecidos como "Outros resultados abrangentes".

a.4. Negócios em conjunto

Essas operações em conjunto são empresas na qual a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os negócios em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b. Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. É apresentada na demonstração do resultado do exercício líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

Receita de vendas de bens

É reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios inerentes aos produtos e às mercadorias vendidos são transferidos para os compradores; (ii) quando for provável o recebimento dos valores devidos à Companhia e às suas controladas; e (iii) quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração com os produtos/mercadorias. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

c. Transações com moeda estrangeira

Convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no encerramento de cada exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

d. Instrumentos financeiros

Classificação
A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos a vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Ativos financeiros**(i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam instrumentos financeiros classificados nessa categoria.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros classificados nessa categoria.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São apresentados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após o encerramento de cada exercício, os quais são classificados como ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), partes relacionadas (nota explicativa nº 10) e caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5).

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros classificados nessa categoria.

Passivos financeiros**(i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Classificados sob essa denominação quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, referem-se ao derivativo embutido nas debêntures conversíveis, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

(ii) Avaliados ao custo amortizado

Mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, são representados por empréstimos e financiamentos bancários, incluindo as debêntures (nota explicativa nº 14), saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa nº 15) e saldos a pagar a partes relacionadas (nota explicativa nº 10), os quais são apresentados pelo valor original, acrescido de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até o encerramento de cada exercício.

Método da taxa efetiva de juros

Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados, incluindo todos os honorários e valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros, os custos da transação e outros prêmios ou deduções, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no exercício em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação, considerados de liquidez imediata e conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

f. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a análise da composição dos títulos vencidos, adotando o critério de provisão para a totalidade dos créditos vencidos acima de 90 dias para os quais não apresentem evidências de negociação, e dos clientes concordatários e falidos.

g. Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. O custo médio inclui gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido de mercado é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. Os valores estão divulgados na nota explicativa nº 7.

A Companhia e suas controladas fazem estimativas para avaliação da provisão para perdas em estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis nos estoques, seguindo os critérios apresentados a seguir.

A provisão para perdas com estoques de giro lento é constituída com base na política definida pela Administração, que leva em consideração o histórico de consumo de quantidade item a item nos últimos 12 meses comparado com o saldo de estoques existentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras.

Para aquelas quantidades que excederem o consumo histórico dos últimos 12 meses e que não exista nenhuma previsão de vendas futura, a provisão para perdas em estoques é constituída entre a diferença do valor contábil e o seu valor recuperável.

h. Investimentos

h.1. Investimentos em controladas - avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h.2. Participações em negócios em conjunto ("joint ventures")

A Companhia apresenta suas participações em negócios em conjunto, nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, usando o método de equivalência patrimonial.

i. Imobilizado**i.1. Reconhecimento e mensuração**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido do custo atribuído quando da adoção das IFRSs em 2010 e, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. O imobilizado inclui, quando aplicável, todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e reconhecidos líquidos como outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Peças de reposição de máquinas, necessárias à normalidade do funcionamento de bens do imobilizado e que resultem em aumento da vida útil do bem em período superior a 12 meses, são classificadas como imobilizado.

i.2. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

i.3. Depreciação

Calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas estão demonstradas na nota explicativa nº 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados no encerramento de cada exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos, posteriormente, como mudança de estimativas contábeis.

j. Intangível**j.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente, incluindo os adquiridos por combinações de negócios**

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no encerramento de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável.

www.iochpe.com.br

Compreendem: (i) marcas; (ii) direito de uso de imóveis; (iii) licenças de uso de sistemas computadorizados ("softwares"), incluindo os correspondentes gastos com implementação; (iv) carteiras de clientes adquiridas de terceiros; e (v) ágio na aquisição de controladas. Os ativos com vida útil definida são amortizados de acordo com a vida útil estimada dos ativos. Os ativos intangíveis sem vida útil definida compostos substancialmente pelos valores dos ágios pagos na aquisição de controladas são anualmente avaliados quanto à sua capacidade de recuperação ("impairment") e/ou quando indícios de não recuperação se fizerem presentes.

As licenças de uso de sistemas computadorizados ("softwares"), incluindo os correspondentes gastos com implementação, e de sistemas de gestão empresarial adquiridos são capitalizadas e amortizadas também conforme a vida útil estimada dos ativos, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

j.2. Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

Registrados como despesa, quando incorridos.

k. Avaliação do valor recuperável - "impairment"**k.1. Ativos (exceto ágio)**

A Companhia e suas controladas analisam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs).

k.2. Ágio em controladas

Com o objetivo de testar o valor recuperável, a Administração definiu que as UGCs correspondem ao segmento automotivo e à unidade de negócio ao qual o ágio foi alocado e são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a UGC possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da UGC for inferior ao seu valor contábil, é primeiramente alocado para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério "pro rata" com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente.

k.3. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

l. Benefícios pós-emprego**l.1. Plano de contribuição definida**

As obrigações pelas contribuições a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. No caso da Companhia, o plano de contribuição definida é representado por plano aberto caracterizado por contribuições fixas e sem risco atuarial ou de obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais por parte da Companhia. Vide detalhes na nota explicativa nº 19.

l.2. Planos de benefício definido

Para esses planos, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada com base em avaliação atuarial efetuada, anualmente, no encerramento de cada exercício. O custo de serviços passados é reconhecido imediatamente, à medida que os benefícios já foram concedidos, ou, então, amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano. No caso da Companhia, para as demonstrações financeiras consolidadas existem planos de benefício definido patrocinados pela controlada indireta Maxion Wheels, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

m. Benefícios a colaboradores**m.1. Participação nos resultados**

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos colaboradores, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando estão contratualmente obrigadas ou há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

m.2. Remuneração baseada em ações

Para os participantes dos planos, o valor justo das opções de compra de ações concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com o correspondente aumento do patrimônio.

No encerramento de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos, sendo o impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, reconhecido no resultado do exercício, de forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido na rubrica "Opções outorgadas reconhecidas", que registrou o benefício aos colaboradores.

n. Provisões

Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

É atualizada até o encerramento de cada exercício pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 18.

o. Tributação**o.1. Impostos correntes**

A provisão para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL está baseada no lucro tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para IRPJ e CSLL é calculada individualmente pela Companhia e por suas controladas com base nas alíquotas vigentes no encerramento de cada exercício, sendo, exceto pelas controladas localizadas no exterior em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países onde se situam essas controladas, o IRPJ e a CSLL da Companhia e das controladas localizadas no Brasil calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual), para o imposto de renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a CSLL e a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados no encerramento de cada exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

o.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia e suas controladas, no encerramento de cada exercício, esperam recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia ou suas controladas pretendem liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

o.3. Impostos correntes e diferidos

Reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em "Outros resultados abrangentes" ou no patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, quando aplicável, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

o.4. Alíquotas de imposto de renda das controladas do exterior

País	Alíquota - %
México	30,00
Estados Unidos da América	35,00
China	25,00
Luxemburgo	29,22
Alemanha	32,30
Espanha	25,00
Itália	31,40
República Checa	19,00
Taiilândia	20,00
Turquia	20,00
Índia	33,99
África do Sul	28,00
Japão	34,22
Áustria	25,00

p. Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados.

q. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB aplicáveis a Companhia que ainda não estão em vigor:

• IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018).

• IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018).

• IFRS 16 - "Leases" - os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019).

• Alterações à IFRS 2 - Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações - As alterações esclarecem alguns aspectos relacionados ao tratamento do valor justo estimado de pagamentos baseados em ações liquidados em caixa e suas contabilizações. (em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2018)

• Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" - abordam situações envolvendo a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou "joint venture" (em vigor em uma data a ser determinada).

• Alterações à IAS 7 - Iniciativa de Divulgação - As alterações requerem que a entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos resultantes de atividades de financiamento (em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2017).

• IFRIC 22 - Transações em moedas estrangeiras e adiantamentos - Esta interpretação procura esclarecer os tratamentos contábeis dados a transações em moedas estrangeiras de itens não monetários e seus respectivos impactos.

A Administração da Companhia avaliou as normas acima mencionadas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. Com relação às outras normas, interpretações e alterações as normas que tiveram alterações mandatórias para as demonstrações contábeis, com início em 1º de janeiro de 2016, não foram listadas acima devido a sua não-aplicabilidade ou a sua imaterialidade para a Companhia.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos:				
No Brasil	15.648	13.840	26.772	32.176
No exterior	-	-	208.224	449.422
	15.648	13.840	234.996	481.598
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
No Brasil	14.011	55.644	41.216	155.822
No exterior	-	-	155.387	101.835
	14.011	55.644	196.603	257.657
Total	29.659	69.484	431.599	739.255

Operações	Rentabilidade média	Liquidez	Controladora		Consolidado		
			País	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Certificado de Depósito Bancário - CDB	100,3% CDI	Imediata	Brasil	7.007	20.024	18.286	49.042
Debêntures compromissadas	85,7% CDI	Imediata	Brasil	7.004	35.620	22.930	106.780
Aplicação em pesos mexicanos	4,6% a.a.	Imediata	México	-	-	21.265	21.656
Aplicação em dólares norte-americanos	0,4% a.a.	Imediata	México	-	-	16.893	80.179
Aplicação em euros	0,9% a.a.	Imediata	Turquia	-	-	37.994	-
Aplicação em dólares norte-americanos	1,6% a.a.	Imediata	Turquia	-	-	65.657	-
Aplicação em liras turcas	9,9% a.a.	Imediata	Turquia	-	-	13.578	-
Total				14.011	55.644	196.603	257.657

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
No País	154.045	89.544	202.316	124.991
No exterior	6.221	6.312	632.142	730.453
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10.b)	25.122	26.038	6.517	17.146
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(415)	(348)	(5.817)	(7.094)
Total	184.973	121.546	835.158	865.496

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	(348)	(321)	(7.094)	(3.712)
Valores recuperados	204	-	3.435	771
Valores baixados como incobráveis	186	658	1.144	3.319
Complementos	(457)	(685)	(4.498)	(6.457)
Varição cambial	-	-	1.196	(1.015)
Saldo no fim do exercício	(415)	(348)	(5.817)	(7.094)

b. Saldos por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	145.897	100.631	743.648	778.635
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	29.641	15.265	69.313	63.620
De 31 a 60 dias	5.692	3.756	12.602	10.093
De 61 a 90 dias	2.073	1.068	5.349	3.847
De 91 a 180 dias	724	947	3.251	5.830
Acima de 181 dias	1.361	227	6.812	10.565
Total	185.388	121.894	840.975	872.590

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Produtos acabados	32.750	26.762	255.439	297.857
Produtos em elaboração e semiacabados	40.483	24.830	133.807	152.653
Ferramentais para revenda em elaboração	31.742	36.379	72.642	71.726
Matérias-primas	57.650	31.036	234.566	210.188
Materiais auxiliares e embalagens	60.307	12.854	195.937	170.479
Adiantamentos a fornecedores	8.272	9.146	15.845	11.855
Importações em andamento	1.163	1.343	1.073	1.343
Provisão para perdas	(9.028)	(12.470)	(44.280)	(61.436)
Total	223.339	129.890	865.029	854.665

Movimentação na provisão para perdas dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	(12.470)	(13.336)	(61.436)	(45.861)
Reversões	11.859	10.946	43.034	15.936
Complementos	(8.417)	(10.080)	(33.272)	(18.731)
Varição cambial	-	-	7.394	(12.780)
Saldo no fim do exercício	(9.028)	(12.470)	(44.280)	(61.436)

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ - e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL (a)	25.562	13.988	53.111	43.947
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	15.846	14.169	19.070	18.119
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	6.178	8.224	7.072	9.300
Créditos tributários de exportação - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA	3.117	3.330	3.174	3.665
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.786	747	2.682	4.440
Programa de Integração Social - PIS	388	170	1.188	2.152
Outros	159	121	2.175	2.135
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - controladas no exterior:				
México	-	-	40.765	39.372
Turquia	-	-	16.797	19.309
Itália	-	-	2.165	2.110
Outros países	-	-	11.052	13.171
Total	53.036	40.749	159.251	157.720
Ativo circulante	20.533	21.328	125.249	135.447
Ativo não circulante	32.503	19.421	34.002	22.273

(a) Em 1994, a Companhia ingressou com a ação ordinária nº 94.0033988-7 que requeria o direito de deduzir da parcela do saldo devedor da correção monetária complementar do balanço o valor correspondente ao expurgo inflacionário dos meses de janeiro e fevereiro de 1989 que afetou as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL recolhidos em 1990. O tema ficou conhecido como Plano Verão. O aceite do novo cálculo pela Corte permitiu o recálculo e a demonstração do pagamento a maior e o respectivo direito ao crédito tributário para a Companhia utilizar em compensações futuras, devidamente atualizado desde a data dos pagamentos. O trânsito em julgado em favor da Companhia ocorreu em 8 de junho de 2016. Consequentemente, a Companhia reconheceu o crédito de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 34.017, e sua contrapartida nas rubricas "Receitas financeiras" e "Imposto de renda e contribuição social" nos montantes de R\$ 25.703 e R\$ 8.314, respectivamente. A habilitação do crédito por parte da Receita Federal do Brasil foi homologada em setembro de 2016, e está sendo utilizado para compensação com os tributos federais equivalentes.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Diferidos

Os montantes do imposto de renda e da contribuição social diferidos reconhecidos no ativo e passivo não circulantes têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízos fiscais	150.093	101.989	218.259	140.034
Base negativa de contribuição social	52.079	36.378	60.127	45.938
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	13.764	14.032	25.312	24.950
Provisão para participação nos resultados	6.533	2.726	6.533	14.591
Provisão para perdas nos estoques	3.070	4.240	7.733	20.888
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	182	118	4.504	2.412
Gastos com pesquisa e desenvolvimento e outros	-	-	18.220	26.498
Provisão para passivo atuarial	-	-	54.638	62.036
Opção de compra de participação acionária - Índia	-	-	2.169	5.466
Diferença de depreciação e amortização	(48.881)	(60.357)	(283.566)	(321.872)
Custo atribuído - imobilizado - CPC 27	(70.310)	(52.266)	(70.310)	(52.266)
Amortização fiscal do ágio sobre investimentos (*)	(40.465)	(40.465)	(40.465)	(40.465)
Custos financeiros capitalizados - CPC 08	(1.510)	(5.061)	(1.510)	(5.061)
Outros	24.751	11.190	23.954	318
Total	89.306	12.524	25.598	(76.533)
Ativo tributário diferido líquido	89.306	12.524	188.481	88.129
Passivo tributário diferido líquido	-	-	(162.883)	(164.662)

(*) Total do benefício fiscal do ágio gerado na aquisição da ex-controlada Meritor Comércio e Indústria de Sistemas Automotivos Ltda., no montante de R\$ 119.015.

Composição do crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social - consolidado

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor (III)	Prescrição	Limite por ano	Valor (III)
Estados Unidos da América - Federal (i)	696.448	2024 a 2037	(iv)	802.316
Estados Unidos da América - Estadual (i)	435.793	2021 a 2037	(ii)	478.521
China (i)	54.054	2017 a 2022	Não há	170.956
Espanha (i)	19.640	Não há	25% a 50%	161.805
Itália (i)	-	-	-	121.130
África do Sul (i)	77.480	Não há	Não há	65.429
Tailândia (i)	29.942	2018 a 2021	Não há	38.233
Áustria (i)	12.947	Não há	75%	12.908
Total	1.326.304	-	-	1.851.298

A Companhia também possui créditos tributários sobre prejuízos fiscais não reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, gerados por algumas de suas controladas no exterior, conforme segue:

País	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor (III)	Prescrição	Limite por ano	Valor (III)
Estados Unidos da América - Federal (i)	696.448	2024 a 2037	(iv)	802.316
Estados Unidos da América - Estadual (i)	435.793	2021 a 2037	(ii)	478.521
China (i)	54.054	2017 a 2022	Não há	170.956
Espanha (i)	19.640	Não há	25% a 50%	161.805
Itália (i)	-	-	-	121.130
África do Sul (i)	77.480	Não há	Não há	65.429
Tailândia (i)	29.942	2018 a 2021	Não há	38.233
Áustria (i)	12.947	Não há	75%	12.908
Total	1.326.304	-	-	1.851.298

(i) Por não haver ainda projeções suficientes de lucros tributáveis, não foram reconhecidos os créditos tributários diferidos do imposto de renda nas referidas controladas.

(ii) Depende do Estado onde foi apurado o crédito fiscal diferido.

www.iochpe.com.br

[30394] DOESP - 6 col x 30 cm - Pefran003 / VEC - 6 col x 52 cm - AP 49605 - Pág. 6

(iii) Créditos tributários sobre prejuízos fiscais não reconhecidos convertidos pela taxa de câmbio final naquela data.

(iv) Para os prejuízos fiscais federais há diversas regras de utilização de acordo com a Lei tributária local relacionadas ao ano em que cada prejuízo foi gerado e ao resultado tributável.

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovados pelos órgãos da Administração, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, registrado no consolidado em 31 de dezembro de 2016, nos seguintes exercícios:

	RS
2017	13.950
2018	21.352
2019	32.427
2020	77.056
2021 em diante	133.601
Total	278.386

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. No caso da Controladora, levou também em consideração ações que estão sendo implementadas, notadamente quanto à reestruturação operacional e financeira da Companhia descrito na nota explicativa nº 13 e nota explicativa nº 36.

b. Conciliação do crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(48.342)	(39.343)	134.832	132.842
Alíquota combinada - %	34	34	34	34
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social à alíquota combinada	16.436	13.377	(45.843)	(45.166)
Resultado de equivalência patrimonial	66.527	75.592	(9.792)	24.020
Despesas indedutíveis	(3.098)	-	(20.558)	(14.892)
Crédito tributário não constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal	-	-	(2.681)	(9.328)
Impostos sobre distribuição de dividendos no exterior	-	-	(17.335)	(4.997)
Diferencial de alíquota das controladas do exterior	-	-	32.379	33.652
Crédito tributário de controladas	-	-	25.515	-
Outras diferenças permanentes (*)	(9.992)	(260)	(7.387)	3.718
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social no resultado	69.873	88.709	(45.702)	(12.993)
Correntes	(6.909)	(75)	(112.502)	(68.873)
Diferidos	76.782	88.784	66.800	55.880

(*) Contempla outras diferenças permanentes e créditos tributários decorrentes de processos transitados em julgado conforme descrito na nota explicativa nº 8.

10. PARTES RELACIONADAS

a. Remuneração da Administração

	31/12/2016	31/12/2015
Conselho de Administração e Diretoria Estatutária	16.147	11.624
Pessoal-chave da Administração (salários e benefícios)	132.647	126.818
Participação nos resultados pactuados (bônus) (i)	32.053	1.462

(i) Em 31 de dezembro de 2016, a participação nos resultados no exterior era de R\$ 22.782. (R\$ 0 em 2015)

A Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada, no montante de R\$ 870 (R\$ 825 em 31 de dezembro de 2015), em nome dos diretores estatutários e do pessoal-chave da Administração.

Os saldos das opções de compra de ações, bem como os respectivos preços de exercício dos planos outorgados aos diretores estatutários e ao pessoal-chave da Administração, estão descritos na nota explicativa nº 21.

Os saldos da provisão do plano de incentivo de longo prazo, outorgados aos diretores estatutários e ao pessoal-chave da administração, estão descritos na nota explicativa nº 22.

b. Foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, de suas controladas e de seus negócios em conjunto operações entre estas, a preços, prazos e encargos financeiros, de acordo com as condições estabelecidas entre as partes. Tais operações incluem, entre outras, contratos de serviços compartilhados, contratos de mútuo e concessão de avais em condições detalhadas a seguir:

c. Informações das empresas controladas e negócios em conjunto

	31/12/2016							Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
	Nº de ações ou cotas (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores		Receita líquida
Iochepe Maxion	-	100	5.330.474	3.516.868	964.093	1.580.515	233.091	5.803.550	237.240
Austria GmbH (i)	-	100	84.265	48.599	222.470	35.666	-	31.210	(12.828)
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. (i)	-	100	84.265	48.599	222.470	35.666	-	31.210	(12.828)
Remon Resende Montadora Ltda. (ii)	30	66,66	586	582	90	3	1	1.096	84
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	130	-	992	-	4.864	992	-	-	-
Maxion Montich S.A.	2.813	50	69.848	56.012	1.199	13.836	-	93.127	(583)
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	6.020.031	40,25	519.890	335.179	174.334	184.711	-	299.265	(57.364)
			31/12/2015						
Iochepe Maxion	-	100	6.467.912	3.482.576	2.239.088	2.682.267	303.069	5.869.047	172.282
Austria GmbH (i)	-	100	110.561	98.519	237.009	12.042	-	32.910	(20.368)
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. (i)	-	100	110.561	98.519	237.009	12.042	-	32.910	(20.368)
Remon Resende Montadora Ltda.	30	66,66	428	534	90	(80)	(26)	1.298	(619)
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	130	-	992	-	4.864	992	-	-	-
Maxion Montich S.A.	2.813	50	74.585	54.487	1.697	20.098	-	155.592	(2.502)
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	6.020.031	50	573.542	447.922	43.702	125.620	-	563.488	143.797

(i) De acordo com as respectivas legislações locais, não existe a figura de quantidade de ações ou cotas.

(ii) Foram utilizadas as informações contábeis na data-base 30 de novembro de 2016.

d. Detalhes sobre controladas que possuem participação de minoritários

Nome da controlada	Principal atividade	País	Participação e capital votante	
			31/12/2016	31/12/2015
Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.	Fabricação e comercialização de rodas	Turquia	60%	60%
Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.	Fabricação e comercialização de rodas	Turquia	60%	60%
Maxion Wheels (Thailand) Co., Ltd.	Fabricação e comercialização de rodas	Taiilândia	70,09%	70,09%
Kalyani Maxion Wheels Limited	Fabricação e comercialização de rodas	Índia	85%	85%
Resende Montadora Ltda.	Prestação de serviços	Brasil	66,66%	66,66%

As informações contábeis resumidas relativas a cada uma das controladas nas quais a Companhia possui participações estão apresentadas a seguir, antes das eliminações de transações entre as demais controladas da Companhia:

	Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.		Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.		Maxion Wheels (Thailand) Co., Ltd.	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Balancos patrimoniais						
Ativo circulante	285.868	329.481	154.652	180.249	61.709	89.954
Ativo não circulante	283.317	382.300	79.914	114.333	66.503	100.403
Total do ativo	569.185	711.781	234.566	294.582	128.212	190.357
Passivo circulante	157.529	163.398	76.194	76.877	88.366	120.254
Passivo não circulante	15.455	45.225	15.519	32.732	32.838	43.363
Patrimônio líquido	396.201	503.158	142.853	184.973	7.008	26.740
Total do passivo e patrimônio líquido	569.185	711.781	234.566	294.582	128.212	190.357

Demonstrações do resultado

	Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.		Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.		Maxion Wheels (Thailand) Co., Ltd.	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida de vendas	889.923	840.344	292.077	298.006	190.472	201.642
Custo dos produtos vendidos	(651.349)	(619.662)	(204.222)	(221.037)	(188.914)	(194.455)
Lucro bruto	238.574	220.682	87.855	76.969	1.558	7.187
Despesas operacionais, líquidas	(60.911)	(54.587)	(32.249)	(20.457)	(18.010)	(17.623)
Impostos sobre o lucro	(26.771)	(28.465)	(14.108)	(13.181)	-	(53)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	140.892	137.630	41.494	43.331	(16.452)	(10.489)

Em 2016, foram pagos a título de dividendos para os acionistas minoritários os montantes de R\$ 57.195 e R\$ 20.488 nas controladas indiretas Maxion Inci Jant Sanayi, A.S. e Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S., respectivamente.

12. IMOBILIZADO

a. Controladora

	Controladora							
	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento (i)	Peças de reposição de máquina	Ferramentais	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	134.230	458.000	24.251	90.393	75.174	46.922	43.214	872.184
Adições	258	3.141	-	76.629	3.506	1	6.822	90.357
Baixas líquidas	(485)	(842)	-	(886)	(8.980)	418	(417)	(11.192)
Depreciação	(6.389)	(24.747)	-	-	(1.256)	(2.438)	(5.049)	(39.879)
Transferências	14.436	42.014	-	(34.226)	(111)	(13.949)	(8.164)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	142.050	477.566	24.251	131.910	68.333	30.954	36.406	911.470
Adições	94	1.180	-	93.275	4.377	14	5.673	104.613
Baixas líquidas	-	-	-	(52)	(4.110)	-	(127)	(4.289)
Depreciação	(6.751)	(27.436)	-	(1.313)	(2.357)	(5.537)	(43.394)	(63.928)
Transferências (iv)	18.926	78.529	-	(101.421)	(42.683)	540	3.077	(43.032)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	154.319	529.839	24.251	123.712	24.604	29.151	39.492	925.368

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou testes de recuperabilidade dos saldos dos ativos demonstrados na tabela anterior. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de desconto. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Companhia, bem como em dados comparáveis de mercado, e premissas de capitalização da sociedade divulgadas na nota explicativa nº 36 e representam a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ativos estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos, e a partir de então é considerada a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. O prazo utilizado foi de dez anos e as taxas de desconto e crescimento utilizadas para extrapolar as projeções de 31 de dezembro de 2016 variaram entre 12,49% e 8,01% ao ano, respectivamente, dependendo da UGC analisada.

O teste de recuperação dos saldos de ativos e passivos líquidos da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dados os seus impactos importantes nos fluxos de caixa e no valor em uso. Um acréscimo ou decréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou na taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada UGC não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou testes de recuperabilidade dos saldos dos ativos demonstrados na tabela anterior. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de desconto. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Companhia, bem como em dados comparáveis de mercado, e premissas de capitalização da sociedade divulgadas na nota explicativa nº 36 e representam a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ativos estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos, e a partir de então é considerada a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. O prazo utilizado foi de dez anos e as taxas de desconto e crescimento utilizadas para extrapolar as projeções de 31 de dezembro de 2016 variaram entre 12,49% e 8,01% ao ano, respectivamente, dependendo da UGC analisada.

O teste de recuperação dos saldos de ativos e passivos líquidos da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dados os seus impactos importantes nos fluxos de caixa e no valor em uso. Um acréscimo ou decréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou na taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada UGC não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou testes de recuperabilidade dos saldos dos ativos demonstrados na tabela anterior. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de desconto. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Companhia, bem como em dados comparáveis de mercado, e premissas de capitalização da sociedade divulgadas na nota explicativa nº 36 e representam a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ativos estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos, e a partir de então é considerada a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. O prazo utilizado foi de dez anos e as taxas de desconto e crescimento utilizadas para extrapolar as projeções de 31 de dezembro de 2016 variaram entre 12,49% e 8,01% ao ano, respectivamente, dependendo da UGC analisada.

O teste de recuperação dos saldos de ativos e passivos líquidos da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dados os seus impactos importantes nos fluxos de caixa e no valor em uso. Um acréscimo ou decréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou na taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada UGC não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou testes de recuperabilidade dos saldos dos ativos demonstrados na tabela anterior. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de desconto. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Companhia, bem como em dados comparáveis de mercado, e premissas de capitalização da sociedade divulgadas na nota explicativa nº 36 e representam a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ativos estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos, e a partir de então é considerada a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. O prazo utilizado foi de dez anos e as taxas de desconto e crescimento utilizadas para extrapolar as projeções de 31 de dezembro de 2016 variaram entre 12,49% e 8,01% ao ano, respectivamente, dependendo da UGC analisada.

O teste de recuperação dos saldos de ativos e passivos líquidos da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dados os seus impactos importantes nos fluxos de caixa e no valor em uso. Um acréscimo ou decréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou na taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada UGC não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou testes de recuperabilidade dos saldos dos ativos demonstrados na tabela anterior. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de desconto. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Companhia, bem como em dados comparáveis de mercado, e premissas de capitalização da sociedade divulgadas na nota explicativa nº 36 e representam a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ativos estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos, e a partir de então é considerada a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. O prazo utilizado foi de dez anos e as taxas de desconto e crescimento utilizadas para extrapolar as projeções de 31 de dezembro de 2016 variaram entre 12,49% e 8,01% ao ano, respectivamente, dependendo da UGC analisada.

O teste de recuperação dos saldos de ativos e passivos líquidos da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dados os seus impactos importantes nos fluxos de caixa e no valor em uso. Um acréscimo ou decréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou na taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada UGC não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou testes de recuperabilidade dos saldos dos ativos demonstrados na tabela anterior. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de desconto. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Companhia, bem como em dados comparáveis de mercado, e premissas de capitalização da sociedade divulgadas na nota explicativa nº 36 e representam a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ativos estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos, e a partir de então é considerada a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. O prazo utilizado foi de dez anos e as taxas de desconto e crescimento utilizadas para extrapolar as projeções de 31 de dezembro de 2016 variaram entre 12,49% e 8,01% ao ano, respectivamente, dependendo da UGC analisada.

O teste de recuperação dos saldos de ativos e passivos líquidos da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dados os seus impactos importantes nos fluxos de caixa e no valor em uso. Um acréscimo ou decréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou na taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada UGC não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou testes de recuperabilidade dos saldos dos ativos demonstrados na tabela anterior. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de desconto. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Companhia, bem como em dados comparáveis de mercado, e premissas de capitalização da sociedade divulgadas na nota explicativa nº 36 e representam a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ativos estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos, e a partir de então é considerada a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. O prazo utilizado foi de dez anos e as taxas de desconto e crescimento utilizadas para extrapolar as projeções de 31 de dezembro de 2016 variaram entre 12,49% e 8,01% ao ano, respectivamente, dependendo da UGC analisada.

O teste de recuperação dos saldos de ativos e passivos líquidos da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dados os seus impactos importantes nos fluxos de caixa e no valor em uso. Um acréscimo ou decréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou na taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada UGC não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou testes de recuperabilidade dos saldos dos ativos demonstrados na tabela anterior. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de desconto. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Companhia, bem como em dados comparáveis de mercado, e premissas de capitalização da sociedade divulgadas na nota explicativa nº 36 e representam a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ativos estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos, e a partir de então é considerada a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. O prazo utilizado foi de dez anos e as taxas de desconto e crescimento utilizadas para extrapolar as projeções de 31 de dezembro de 2016 variaram entre 12,49% e 8,01% ao ano, respectivamente, dependendo da UGC analisada.

Consolidado

	Consolidado							
	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento (i)	Peças de reposição de máquina	Ferramentais	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2015	879.542	3.368.630	218.053	305.621	111.893	178.180	218.193	5.280.112
Custo	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação acumulada	(327.221)	(1.342.832)	-	-	(13.218)	(113.331)	(124.596)	(1.921.988)
Saldo contábil líquido	552.321	2.025.798	218.053	305.621	98.675	64.849	93.597	3.358.914
Em 31 de dezembro de 2016	801.673	3.125.638	187.550	297.739	74.852	207.424	234.217	4.929.093
Custo	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação acumulada	(269.883)	(1.435.507)	-	-	(18.662)	(151.522)	(133.638)	(2.009.212)
Saldo contábil líquido	531.790	1.690.131	187.550	297.739	56.190	55.902	100.579	2.919.881

Taxa de depreciação 7% 14% - - 18% 33% 11% a 47%

(i) Em 31 de dezembro de 2016, são compostas por projetos relativos a: (1) edificações, no montante de R\$ 23.973 (R\$ 38.114 em 31 de dezembro de 2015); (2) máquinas e equipamentos, no montante de R\$ 96.504 (R\$ 90.819 em 31 de dezembro de 2015); e (3) outros ativos, no montante de R\$ 3.235 (R\$ 2.977 em 31 de dezembro de 2015), referentes basicamente às expansões das unidades de Cruzeiro e Limeira alumínio.

(ii) Em 31 de dezembro de 2016, são compostas por projetos relativos a: (1) edificações, no montante de R\$ 24.371 (R\$ 38.889 em 31 de dezembro de 2015); (2) máquinas e equipamentos, no montante de R\$ 268.419 (R\$ 261.772 em 31 de dezembro de 2015); e (3) outros ativos, no montante de R\$ 4.949 (R\$ 4.960 em 31 de dezembro de 2015), referentes às expansões das unidades de México, Limeira alumínio, Cruzeiro, República Checa, Índia e Itália.

(iii) Do total de adições no exercício, a maior parte das aplicações de recursos foi realizada pelas unidades de Maxion Wheels, Limeira alumínio e Maxion Imagusa nos montantes de R\$ 191.294, R\$ 81.035 e R\$ 48.038, respectivamente.

(iv) Contemplam transferências realizadas entre as rubricas "Ativo imobilizado" e "Intangível" no valor de R\$ 321, e entre as rubricas "Ativo imobilizado" e "Estoques" no valor de R\$ 42.711.

(v) Contemplam transferências realizadas entre as rubricas "Ativo imobilizado" e "Intangível" no valor de R\$ 4.557, e entre as rubricas "Ativo imobilizado" e "Estoques" no valor de R\$ 42.711.

(vi) Transferências conforme o pronunciamento técnico CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Os valores dos bens do ativo imobilizado dados em garantia em operações de empréstimos e financiamentos estão demonstrados na nota explicativa nº 14.

13. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

	Taxa média anual de amortização	Método de amortização	Saldo em		Custo - Amortização		(i) Transf. rências
--	---------------------------------	-----------------------	----------	--	---------------------	--	---------------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Moeda estrangeira:	Indexador	Taxa anual de juros - %	Última data de vencimento	Custo da transação amortizado	Saldo do custo da transação a amortizar	
					31/12/2016	31/12/2015
Cédula de Crédito à Exportação em US\$ (vi)	-	4,60	Setembro de 2017	-	24.134	141.052
Empréstimo BNDES - US\$ (iii)	-	6,96	Julho de 2022	-	12.666	6.949
Subtotal de moeda estrangeira					36.800	148.001
Total de empréstimos e financiamentos					691.623	590.178
Debêntures simples da 5ª emissão			Março de 2022	21.408	-	642.133
Debêntures conversíveis em ações da 6ª emissão	CDI	2,00	Abril de 2018	7.257	1.602	177.009
Debêntures simples com bônus de subscrição da 7ª emissão	CDI	2,00	Abril de 2019	5.000	2.838	334.356
Total de debêntures				33.665	4.440	511.365
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures					1.202.988	1.779.584
Passivo circulante					520.296	550.357
Custos a amortizar					(2.393)	(4.091)
Total					517.903	546.266
Passivo não circulante					687.132	1.244.112
Custos a amortizar					(2.047)	(10.794)
Total					685.085	1.233.318

b. Consolidado

Moeda nacional:	Indexador	Taxa anual de juros - %	Última data de vencimento	Custo da transação amortizado	Saldo do custo da transação a amortizar	
					31/12/2016	31/12/2015
BNDES EXIM (xviii)	-	10,16	Setembro de 2018	-	158.803	202.247
BNDES - Finame (ii)	TJLP	4,79	Março de 2021	-	430	208
BNDES - Finem e Automático (iii) (iv)	TJLP	3,05	Julho de 2022	-	20.920	19.075
BNDES - Automático (iv)	Cesta de moedas	4,40	Dezembro de 2019	-	961	1.534
FINAME - PSI (ii) (iii)	-	5,35	Janeiro de 2024	-	17.078	19.624
Financiamento						
Exportação - Compulsório (vii)	-	11,00	Setembro de 2018	-	17.525	20.561
FINDES PRO-INVEST (v)	IPCA	3,91	Dezembro de 2019	-	17.286	23.976
FINEM	-	3,23	Junho de 2022	-	8.169	8.911
FINEM	-	5,41	Dezembro de 2018	-	4.399	6.127
Operações "Forfeiting" (xii)	-	17,24	Fevereiro de 2017	-	95.135	87.446
"Leasing"	-	13,89	Março de 2017	-	135	677
Cédula de Crédito à Exportação (viii) (xi) (xv)	CDI	3,60	Setembro de 2018	-	231.214	102.714
Capital de giro (xiii) (xvi) (xvii)	CDI	3,64	Fevereiro de 2017	-	100.379	-
Subtotal de moeda nacional					672.434	493.100
Moeda estrangeira:						
Cédula de Crédito à Exportação em US\$ (vi)	-	4,60	Setembro de 2017	-	24.134	141.052
Empréstimo BNDES - US\$ (iii)	-	6,96	Julho de 2022	-	18.649	13.133
Empréstimo de longo prazo - US\$ (i) (x)	-	6,07	Outubro de 2020	-	427.217	615.168
Syndicate - US\$ (xiv)	Libor	5,45	Junho de 2021	3.040	18.522	881.923
Crédito à exportação - euro	-	4,78	Agosto de 2019	-	4.528	7.227
Capital de giro - dólar norte-americano (ix)	-	5,05	Dezembro de 2017	-	134.243	361.489
Capital de giro - renminbi yuan	-	5,03	Maio de 2017	-	34.374	83.413
Capital de giro - euro	-	3,74	Julho de 2026	37	285.096	438.716
Capital de giro - rupia (ix)	-	7,13	Março de 2017	-	21.862	21.280
Capital de giro - baht	-	4,15	Janeiro de 2017	-	44.260	50.871
Subtotal de moeda estrangeira				3.077	18.547	1.876.286
Total de empréstimos e financiamentos					2.548.720	2.225.449
Debêntures simples da 5ª emissão			Março de 2022	21.408	-	642.133
Debêntures conversíveis em ações da 6ª emissão	CDI	2,00	Abril de 2018	7.257	1.602	177.009
Debêntures simples com bônus de subscrição da 7ª emissão	CDI	2,00	Abril de 2019	5.000	2.838	334.356
Total de debêntures				33.665	4.440	511.365
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures					36.742	22.987
Passivo circulante					1.190.687	1.688.793
Custos a amortizar					(7.879)	(4.091)
Total					1.182.808	1.684.702
Passivo não circulante					1.892.385	1.740.947
Custos a amortizar					(15.108)	(10.794)
Total					1.877.277	1.730.153

- (i) Representa o valor nominal de US\$ 200.000 mil decorrente do "take-out" do empréstimo-ponte captado por meio da controlada indireta Ingeniería Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V. ("Inmagusa") com o Banco Itaú BBA dos Estados Unidos da América para a compra do Grupo Galaz, cujo prazo de vencimento final previsto é 16 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2016, representa o saldo no consolidado de R\$ 356.650 (R\$ 569.418 em 31 de dezembro de 2015). Esse empréstimo possui os índices financeiros conforme descritos na seção "Condições das Debêntures", item b).
- (ii) Os financiamentos com o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME e FINAME - PSI estão garantidos pelos próprios bens objeto dos financiamentos, no valor líquido de R\$ 16.655 na controladora e R\$ 17.508 no consolidado em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 18.957 na controladora e R\$ 19.832 no consolidado em 31 de dezembro de 2015).
- (iii) Linha direta com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia e da controlada Maxion Wheels do Brasil Ltda. nas modalidades FINEM, FINAME - PSI e empréstimo em dólar norte-americano, cujo valor total é de R\$ 55.530, sendo o saldo em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 36.756. Destina-se ao financiamento dos investimentos na nova planta de rodas de alumínio construída em Limeira e à expansão da planta de rodas de alumínio na unidade de Santo André. Possui os índices financeiros conforme descritos na seção "Condições das Debêntures", item b), e é garantida pela hipoteca de parte da planta de Limeira.
- (iv) Contratos firmados por intermédio do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG como agente do programa de financiamento do BNDES Automático destinados à ampliação e modernização de ativos e projetos relacionados à pesquisa e ao desenvolvimento da unidade. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo desses contratos é de R\$ 3.692 e está garantido com a hipoteca da planta de Contagem.
- (v) Linha de crédito do Governo de Minas Gerais concedida por meio do BNDES, que apoia o desenvolvimento e a modernização do parque industrial na unidade de Contagem, garantidos com a hipoteca da planta de Contagem.
- (vi) Cédula de crédito à exportação em dólar norte-americano com juros de 4,6% ao ano para financiamento do capital de giro de exportação, em que a Companhia contratou operação de "swap" para reais no Banco ABC Brasil S.A. O "swap" consiste na troca de dólar norte-americano mais 4,6% ao ano por reais mais 112,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo desses contratos é de R\$ 24.134, incluindo o valor justo do "swap", no montante de R\$ 5.234.
- (vii) Financiamento à exportação - compulsório contratado com a Caixa Econômica Federal. O contrato possui índices financeiros conforme descritos na seção "Condições das Debêntures", item b). Em 31 de dezembro de 2016, o saldo é de R\$ 17.525.
- (viii) Cédula de crédito à exportação contratada pela Companhia com a Caixa Econômica Federal, a qual possui os índices financeiros conforme descritos na seção "Condições das Debêntures", item b). Em 31 de dezembro de 2016, o saldo é de R\$ 41.658.
- (ix) Capital de giro em rupia entre a Kalyani Maxion Wheels Limited - Índia e o State Bank of India, sendo este garantido com a hipoteca da planta da Índia.
- (x) Empréstimo de longo prazo no Banco Bladex S.A., com a finalidade de investir em ativo fixo e capital de giro, no valor de US\$ 11.600 mil. Em 2016, a Companhia contratou um adicional de US\$ 13.400 mil. Em 31 de dezembro de 2016, representa o saldo no consolidado de R\$ 70.567 (R\$ 45.750 em 31 de dezembro de 2015).
- (xi) Cédula de crédito à exportação contratada pela Companhia no Banco do Brasil S.A. em novembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo é de R\$ 10.029.
- (xii) A Companhia efetuou compra de matérias-primas de fornecedores nacionais de aço, que, por sua vez, descontaram os títulos perante instituições financeiras, por meio de operação de cessão de crédito ("forfeiting"), a qual consiste, basicamente, na venda desses recebíveis, sem direito de regresso, com taxas de juros de 1,33% ao mês.
- (xiii) Em 2016, a Companhia contratou capital de giro no Banco do Brasil S.A. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo é de R\$ 40.306.
- (xiv) Em 14 de junho de 2016, a controlada Iochpe Holdings, LLC, captou empréstimo sindicalizado, envolvendo sete bancos, no montante de US\$ 275.000 mil, com taxa média de 5,44% + Libor de 6 meses, divididos em duas tranches. Tranche A - US\$ 150.000 mil com vencimento em junho de 2021, com dois anos de carência e recursos destinados para o resgate antecipado, totalidade das debêntures da 5ª Emissão da Companhia; e Tranche B - US\$ 125.000 mil, com vencimento em junho de 2019, com dois anos de carência, e recursos destinados para pagamento de empréstimos de curto-prazo da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo desse empréstimo no consolidado era de R\$ 881.923 (equivalente a US\$ 270.603 mil, incluindo juros e deduzindo custo a amortizar). O referido empréstimo, também possui "covenants", os quais possuem os mesmos índices financeiros conforme descrito na seção "Condições das Debêntures", item b).
- (xv) Em 2016, a Companhia contratou nota de crédito à exportação no Banco Santander S.A. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo é de R\$ 179.527.
- (xvi) Em 2016, a Companhia contratou capital de giro no Banco Itaú S.A. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo é de R\$ 40.049.
- (xvii) Em 2016, a Companhia contratou cédula de crédito bancário no Banco Itaú S.A. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo é de R\$ 20.025.
- (xviii) BNDES - Exim Pré-Embarque contratada pela Companhia em 2016, no montante de R\$ 116.160, representado pelos bancos: ABC Brasil S.A. R\$ 46.000, Banco Daycoval S.A. R\$ 10.838, Banco Bradesco S.A. R\$ 18.948 e Banco Santander S.A. R\$ 40.374. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo total dos contratos é R\$ 158.803.
- (xix) Em 07 de dezembro de 2016, a controlada Maxion Wheels de Mexico S. de R.L. De C.V., captou empréstimo de capital de giro no Banco do Brasil NY, no montante de US\$ 24.000 mil, com taxa de 4,10% a.a. com vencimento em dezembro de 2017 e também captou um empréstimo de capital de giro no Banco Itaú NY, no montante de US\$ 17.000 mil. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo desse empréstimo no consolidado era de R\$ 134.243.

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.709.858	2.892.406
Captações	523.221	1.401.548
Provisão de juros e variação cambial	234.119	297.939
Amortização do principal	(420.245)	(1.319.236)
Amortização dos financiamentos de importação e insumos	(57.191)	(70.128)
Pagamento de juros	(210.178)	(268.827)
Variação cambial na conversão	-	481.153
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.779.584	3.414.855

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.779.584	3.414.855
Captações	1.057.793	2.961.936
Provisão de juros e variação cambial	222.089	327.335
Amortização do principal	(1.612.949)	(2.995.189)
Pagamento de juros	(243.529)	(349.063)
Custo a amortizar	-	(22.677)
Variação cambial na conversão	-	(277.112)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.202.988	3.060.085

Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas registradas no passivo não circulante possuem o seguinte prazo de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2018	329.507	874.113
2019	336.301	746.930
2020	9.072	169.528
2021	6.402	77.526
2022 em diante	3.803	9.180
Total	685.085	1.877.277

Os empréstimos de capital de giro denominados em moeda estrangeira mantidos pelas controladas do exterior são garantidos por avais da Companhia, no valor líquido de R\$ 447.795 (R\$ 758.964 em 31 de dezembro de 2015).

Debêntures

Em 16 de junho de 2016, a Companhia efetuou o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures objeto da escritura de emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, da 5ª emissão da Companhia, celebrada em 14 de março de 2013. O resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures foi realizado com base no saldo do valor nominal unitário das debêntures, acrescido da remuneração, calculada "pro rata temporis" desde a data do último pagamento da remuneração até a data do efetivo pagamento da referida amortização e resgate, acrescido ainda de prêmio de 0,20% incidente sobre o valor do resgate antecipado, conforme previsto na escritura de emissão.

As debêntures emitidas pela Companhia são: (i) debêntures conversíveis em ações de 6ª emissão - Instrução CVM nº 400 ("ICVM nº 400"); e (ii) debêntures simples com bônus de subscrição de 7ª emissão - ICVM nº 400, nominativas e escriturais, de espécie quirográfrica, em série única, e suas emissões foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração. As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizado em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição, tendo amortização de juros semestral. Os detalhes são como segue:

Debêntures	Categoria	Principal na data de emissão	Data de emissão	Vencimento final	Encargos financeiros	Principal em 31/12/2016
6ª emissão	Conversíveis em ações	320.000	02/05/2013	01/04/2018	100% CDI + 2% a.a.	172.268
7ª emissão	Simple com bônus de subscrição	397.732	30/04/2014	01/04/2019	100% CDI + 2% a.a.	325.213

6ª emissão - debêntures conversíveis em ações - ICVM nº 400

Não ocorrendo a conversão em ações, as debêntures serão amortizadas no vencimento e os juros serão pagos semestralmente no dia 1º dos meses de abril e outubro de cada ano. Poderão ser convertidas em ações ordinárias de emissão da Companhia, a qualquer tempo, a exclusivo critério dos debenturistas ao preço unitário fixo de R\$ 30,303030.

A variação do valor justo por meio do resultado terá seu efeito inversamente proporcional ao saldo passivo, e o impacto na taxa efetiva de juros no resultado financeiro da Companhia será sempre o mesmo.

O valor justo das opções de conversão das debêntures, determinado em 31 de dezembro de 2016, utilizando o modelo de apreçamento de opções "Black & Scholes", é como segue:

Preço da ação da Companhia	R\$ 11,66
Preço da opção de conversão	R\$ 30,303030
Tempo restante para o exercício da opção (dias úteis)	315
Taxa de juros	12,66%
Volatilidade (ao ano)	38,97%

O detalhe do cálculo da bifurcação do valor justo das opções de conversão das debêntures e da dívida em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

Instrumento de dívida - debêntures	171.734
Derivativo embutido	534
Subtotal	172.268
Custo da transação a amortizar	(1.602)
Juros incorridos acumulados	89.972
Juros pagos acumulados	(83.629)
Total	177.009

7ª emissão - debêntures simples com bônus de subscrição - ICVM nº 400

Os juros das debêntures serão pagos semestralmente no dia 1º dos meses de abril e outubro de cada ano e o principal, amortizado no vencimento.

Cada debênture deu o direito a 32 bônus de subscrição, que são títulos autônomos e desvinculados das debêntures que circularão independentemente e permanecerão válidos desde a data de emissão até a respectiva data de exercício ou 1º de abril de 2019, o que ocorrer primeiro. Cada bônus de subscrição dará o direito a uma ação ordinária de emissão da Companhia, a qual poderá ser subscrita a qualquer tempo e a exclusivo critério dos debenturistas ao preço unitário fixo de R\$ 31,25.

O valor justo dos bônus de subscrição, determinado em 31 de dezembro de 2016 utilizando o modelo de apreçamento de opções "Black & Scholes", é como segue:

Preço da ação da Companhia	R\$ 11,66
Preço da opção de conversão	R\$ 31,25
Tempo restante para o exercício da opção (dias úteis)	567
Taxa de juros	11,97%
Volatilidade (ao ano)	38,97%

O detalhe do cálculo da bifurcação do valor justo das opções de conversão das debêntures e da dívida em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

Instrumento de dívida - debêntures	319.087
Derivativo embutido	6.126
Subtotal	325.213
Custo da transação a amortizar	(2.838)
Juros incorridos acumulados	137.813
Juros pagos acumulados	(125.832)
Total	334.356

Em 27 de agosto de 2015, a Companhia adquiriu 36.219 debêntures da 7ª emissão pelo montante total de R\$ 37.277. Nessa data, o valor de principal dessa quantidade de debêntures, acrescido da remuneração correspondente calculada "pro rata temporis" desde a data do último pagamento da remuneração até a data da aquisição, era equivalente a R\$ 38.238, reconhecendo um ganho financeiro no montante de R\$ 961 naquele período.

Em 24 de maio de 2016, a Companhia adquiriu 36.300 debêntures da 7ª emissão pelo montante total de R\$ 35.431. Nessa data, o valor de principal dessa quantidade de debêntures, acrescido da remuneração correspondente calculada "pro rata temporis" desde a data do último pagamento da remuneração até a data da aquisição, era equivalente a R\$ 37.096, reconhecendo um ganho financeiro no montante de R\$ 1.665 naquele período.

Condições das Debêntures

a. As debêntures terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos previstos na Escritura. Sobre o saldo devedor do valor nominal da 6ª e 7ª emissões de debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada do CDI acrescido de 2% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

b. O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das debêntures, sem prejuízo do disposto na Escritura pela não observância do índice financeiro, observados os termos e procedimentos previstos na Escritura de Emissão, resultante do quociente da divisão da dívida líquida pelo "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", calculado semestralmente, nas datas mencionadas, que deverá ser igual ou inferior a:

- (i) 4,00 vezes, em 31 de dezembro de 2016;
- (ii) 3,75 vezes, em 30 de junho de 2017;
- (iii) 3,50 vezes, em 31 de dezembro de 2017;
- (iv) 3,25 vezes, em 30 de junho de 2018; e
- (v) 3,00 vezes, em 31 de dezembro de 2018 e 30 de junho e 31 de dezembro subsequentes.

Os contratos estão sujeitos às cláusulas restritivas ("Condições das Debêntures") de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem a manutenção do índice financeiro, tomando como base as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, cujas avaliações são feitas em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Na data-base 31 de dezembro de 2016, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as cláusulas de "Condições das Debêntures".

15. FORNECEDORES

	Controladora	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

A seguir estão resumidas as descrições dos principais processos com chance de perda provável ou possível em que a Companhia e suas controladas figuram como parte, de acordo com a sua natureza.

Processos de natureza trabalhista

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em processos de natureza trabalhista. Os principais temas abordados versam, dentre outros, sobre adicionais de periculosidade e insalubridade, reconhecimento de garantias de emprego, ações movidas contra terceiros/prestadores de serviços que visam a condenação solidária/subsidiária da Companhia e/ou de suas controladas, e ações indenizatórias decorrentes de acidentes de trabalhos típicos ou de doenças profissionais e ocupacionais, não existindo, no entanto, processos com valores de risco de perda individualmente relevantes.

Na controladora, o montante total discutido nos processos com chance de perda provável e possível é de R\$ 17.067 (R\$ 10.066 em 31 de dezembro de 2015), para o qual foi constituída provisão no valor de R\$ 6.911 (R\$ 3.202 em 31 de dezembro de 2015), representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

No consolidado, o montante total discutido nos processos com chance de perda provável e possível é de R\$ 92.386 (R\$ 51.398 em 31 de dezembro de 2015), para o qual foi constituída provisão no valor de R\$ 23.308 (R\$ 18.311 em 31 de dezembro de 2015), representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

Processos de natureza tributária

A seguir estão indicados os montantes provisionados referentes aos processos de natureza tributária em que a Companhia e suas controladas são partes e cuja chance de perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável:

	Controladora	Consolidado
PIS/COFINS (a)	6.677	6.677
INSS (b)	11.995	11.995
IPI (c)	4.139	4.139
IR - "Corporate Income Tax" (d)	-	10.524
Outros	1.007	3.045
Total	23.816	36.380

Na controladora e no consolidado, os montantes provisionados referem-se principalmente a:

- Discussões judiciais questionando a cobrança das contribuições sobre: (i) comissão de agentes paga ao exterior desde maio de 2005; e (ii) fretes sobre transferência entre filiais desde maio de 2008.
- Discussão judicial relativa ao afastamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP no cálculo do Seguro de Acidente do Trabalho - SAT.
- Discussão judicial para anulação de débito de IPI relativo a um processo administrativo de responsabilidade da Companhia.
- Procedimento de fiscalização sobre imposto de renda e outros tributos conduzida por autoridades fiscais da Alemanha, envolvendo as controladas indiretas da Companhia nesse país, relativa ao período compreendido entre 2009 e 2011, na qual se questiona: (i) o montante de juros deduzidos fiscalmente relativos a nota promissória intragrupo; e (ii) o valor de avaliação de certos direitos que foram capitalizados na controlada em 2011.

Processos de natureza cível

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia figurava como parte em processos de natureza cível que envolvem contingência passiva; desses processos, o montante total de R\$ 9.753 (R\$ 9.611 em 31 de dezembro de 2015) foi avaliado pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável.

No consolidado, o montante total dos processos que envolvem contingência passiva com chance de perda provável era de R\$ 10.962 (R\$ 11.365 em 31 de dezembro de 2015).

Riscos classificados como perda possível

A Companhia e suas controladas são partes em processos de natureza tributária e cível envolvendo contingência passiva que não estão provisionados, pois apresentam chance de perda classificada pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível ou remota. Em 31 de dezembro de 2016, no consolidado, esses processos, cuja chance de perda é classificada como possível, totalizam R\$ 296.989 (R\$ 278.360 em 31 de dezembro de 2015). Esses valores são relativos principalmente a:

- Processo administrativo nº 3.127.787-1, de natureza tributária contra a Companhia, cujos temas versam sobre: (i) presunção de falta de emissão de documento fiscal (nota fiscal) decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas por meio de levantamento fiscal, em operações de remessa de retorno de industrialização; (ii) presunção de recebimento de mercadorias sem documento fiscal (nota fiscal) decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas por meio de levantamento fiscal, em operações de remessa de retorno de industrialização; (iii) aproveitamento de créditos de ICMS sobre aquisições de pessoas jurídicas do Simples; e (iv) entrega de arquivo digital (arquivo magnético SINTEGRA) em padrão ou forma não estabelecida na legislação. O item (i) do auto de infração anteriormente mencionado foi cancelado definitivamente na esfera administrativa, tendo sido apresentado pedido de retificação de julgado em face dos itens remanescentes, o qual aguarda julgamento, sendo o montante total discutido classificado como de perda possível correspondente a R\$ 164.966.
- Autos de infração lavrados por autoridades fiscais da Espanha, relativos aos períodos compreendidos entre 2004 e 2009, processos nº 08/8972/2012 e nº 08/01138/2013, derivados de auditorias fiscais envolvendo as controladas Maxion Wheels Europe S.à.r.l. (anteriormente denominada HLI European Holdings ETVE, S.L.), Maxion Wheels España S.L. (anteriormente denominada Hayes Lemmerz Manresa, S.L.) e Hayes Lemmerz Barcelona, S.L., nos quais se questiona a dedutibilidade fiscal de juros relativos a empréstimos intragrupo realizados como parte de sua reestruturação corporativa e financeira, cujo montante total discutido é de R\$ 28.497.
- Processo administrativo nº 16045.720014/2015-51, de natureza tributária contra a Companhia, referente à cobrança de IRPJ, acrescido de juros e multa de ofício de 75%, sob alegação de não quitação das estimativas mensais do ano-calendário 2011 - "Compensações Não Homologadas", cujo montante total discutido classificado como perda possível é de R\$ 19.098.
- Processos administrativos nº 16045.720012/2015-62 e nº 16045.720013/2015-15, que versam, respectivamente, sobre: (i) cobrança de IRPJ, por se alegar a dedução indevida de imposto de renda pago no exterior, relativo ao ano-calendário 2011; e (ii) cobrança de CSLL, por reflexo do IRPJ exigido nos termos do item (i) anterior, ambos os tributos acrescidos de juros e multa de ofício de 75%, bem como processos administrativos nº 10860.901849/2015-11 e nº 10860.901848/2015-76, que versam sobre glosa de saldo negativo de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2012, em decorrência da alegação de dedução indevida de imposto de renda pago no exterior mencionada no subitem (i) acima, sendo o montante total discutido classificado como perda possível correspondente a R\$ 18.680.

Depósitos judiciais vinculados à provisão - consolidado

Representam ativos restritos da Companhia e de suas controladas relacionados a quantias depositadas para discussão judicial em processos que apresentam chance de perda classificada como provável, as quais serão mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. Em 31 de dezembro de 2016, somam R\$ 24.929 (R\$ 24.703 em 31 de dezembro de 2015).

19. PASSIVO ATUARIAL DE PLANO DE PENSÃO

a. Plano de suplementação de aposentadoria - contribuição definida

Controladora
A Companhia patrocinadora desde 1º de agosto de 2004 um plano aberto de previdência complementar mantido pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A. que oferece planos de suplementação de aposentadoria, pecúlio e auxílio-doença. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas. Em 31 de dezembro de 2016, participam desse plano 4.012 colaboradores da Companhia (3.820 em 31 de dezembro de 2015). As contribuições efetuadas pela Companhia totalizaram R\$ 1.811 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.290 em 31 de dezembro de 2015).

Maxion Wheels

A controlada indireta Maxion Wheels possui planos de contribuição com a poupança de aposentadoria dos colaboradores, cobrindo substancialmente todos os colaboradores das unidades localizadas nos Estados Unidos da América. A contribuição da controlada totalizou R\$ 2.933 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 4.049 em 31 de dezembro de 2015).

b. Plano de suplementação de aposentadoria (benefício definido) e assistência médica pós-emprego - consolidado

	31/12/2016					31/12/2015				
	Alemanha	Espanha	México	Outros	Total	Alemanha	Espanha	México	Outros	Total
Valor justo dos ativos do plano	1.251	18.393	746	3.536	23.926	1.551	22.383	1.026	3.587	28.547
Valor presente das obrigações	(339.610)	(24.327)	(3.069)	(40.077)	(407.083)	(406.552)	(30.383)	(4.515)	(49.396)	(490.846)
Déficit no plano	(338.359)	(5.934)	(2.323)	(36.541)	(383.157)	(405.001)	(8.000)	(3.489)	(45.809)	(462.299)
Total do passivo não circulante	(338.359)	(5.934)	(2.323)	(36.541)	(383.157)	(405.001)	(8.000)	(3.489)	(45.809)	(462.299)
Funcionários ativos	286	205	121	3.384	4.002	319	211	121	3.389	4.040
Funcionários aposentados	1.623	220	-	-	1.843	1.647	224	-	-	1.871

b.1. Plano de suplementação de aposentadoria (benefício definido)

A Companhia, por meio de sua controlada indireta Maxion Wheels, patrocinadora determinados planos de pensão de benefício definido e planos de assistência médica pós-emprego, bem como seguros de vida. A controlada suporta os benefícios de pensão com base nos requerimentos de fundo das leis internacionais e dos regulamentos dos referidos planos, com antecedência do pagamento dos benefícios. Também suporta outros benefícios à medida que são disponibilizados aos colaboradores.

Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

Obrigações do benefício definido	31/12/2016					31/12/2015				
	Alemanha	Espanha	México	Outros	Total	Alemanha	Espanha	México	Outros	Total
Obrigações assumidas no início do exercício	(406.552)	(30.383)	(4.514)	(49.396)	(490.845)	(329.414)	(25.377)	(3.095)	(38.001)	(395.887)
Benefícios pagos pelo plano	21.528	1.662	-	4.597	27.787	25.884	2.729	-	3.493	32.106
Custos do serviço corrente e juros	(9.227)	(663)	378	(8.513)	(18.025)	(8.772)	(660)	(590)	(7.889)	(17.911)
Efeito de mudança de premissas financeiras	(27.111)	(607)	264	584	(26.870)	11.570	813	310	3.866	16.559
Efeito de ajuste de experiência	3.299	(147)	(516)	1.070	3.706	693	333	(340)	(1.667)	(981)
Variação cambial da conversão das demonstrações financeiras	78.453	5.811	1.319	11.581	97.164	(106.513)	(8.221)	(800)	(9.198)	(124.732)
Obrigações do benefício definido	(339.610)	(24.327)	(3.069)	(40.077)	(407.083)	(406.552)	(30.383)	(4.515)	(49.396)	(490.846)
Valor justo dos ativos do plano	1.251	18.393	746	3.536	23.926	1.551	22.383	1.026	3.587	28.547
Ativos do plano no início do exercício	1.550	22.382	1.027	3.589	28.548	1.645	18.230	811	2.053	22.739
Receita financeira	30	376	59	250	715	37	381	62	213	693
Contribuições pagas aos planos	21.477	443	-	4.998	26.918	27.521	988	-	3.978	32.487
Benefícios pagos pelos planos	(21.528)	(1.662)	-	(4.597)	(27.787)	(25.884)	(2.729)	-	(3.493)	(32.106)
Retorno esperado dos ativos dos planos	18	1.154	(30)	(9)	1.133	(2.307)	(337)	(56)	(1)	(2.701)
Variação cambial da conversão das demonstrações financeiras	(296)	(4.300)	(310)	(695)	(5.601)	539	5.850	209	837	7.435
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	1.251	18.393	746	3.536	23.926	1.551	22.383	1.026	3.587	28.547

Custo líquido do benefício	31/12/2016					31/12/2015				
	Alemanha	Espanha	México	Outros	Total	Alemanha	Espanha	México	Outros	Total
Custo do serviço	(1.497)	(150)	638	(4.696)	(5.705)	(1.446)	(157)	(348)	(4.425)	(6.376)
Custo financeiro	(7.730)	(513)	(260)	(3.817)	(12.320)	(7.326)	(503)	(242)	(3.464)	(11.535)
Custo líquido do benefício	(9.227)	(663)	378	(8.513)	(18.025)	(8.772)	(660)	(590)	(7.889)	(17.911)

As premissas atuariais utilizadas para determinar o cálculo do custo foram as seguintes:

Média ponderada das premissas utilizadas para cálculo do custo	31/12/2016		31/12/2015	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Taxa de desconto - internacional	2,75%	10,67%	2,44%	9,53%
Taxa de aumento de salário - internacional	2,51%	5,00%	2,47%	5,00%
Taxa de aumento de inflação - internacional	1,98%	4,68%	1,97%	4,35%
Taxa de aumento do plano de pensão - internacional	1,75%	-	1,75%	-

As premissas atuariais utilizadas para determinar o cálculo das obrigações foram as seguintes:

Média ponderada das premissas utilizadas para cálculo das obrigações	31/12/2016		31/12/2015	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Taxa de desconto - internacional	2,06%	10,16%	2,75%	10,67%
Taxa de aumento de salário - internacional	2,47%	5,00%	2,47%	5,00%
Taxa de aumento de inflação - internacional	1,72%	4,75%	1,98%	4,68%
Taxa de aumento do plano de pensão - internacional	1,73%	-	1,75%	-

A taxa de desconto foi calculada usando taxas de juros pontuais com aumento de meio ponto percentual para cada um dos próximos 30 anos e foi desenvolvida com base na informação de preço e rendimento para empresas de primeira linha, com prazo de vencimento entre 12 meses e 30 anos.

Análise de sensibilidade das obrigações

Em 31 de dezembro de 2016, mudanças nas taxas de desconto utilizadas para valorizar as obrigações de benefícios gerariam os seguintes impactos nas obrigações do plano de benefício definido e na duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos), conforme a seguir:

	Plano de pensão	
	31/12/2016	31/12/2015
cenário considerando uma redução na taxa de 50 "basis point" a 1,55%:		
Aumento na obrigação de benefício definido		22.394
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)		12
cenário considerando um aumento na taxa de 50 "basis point" a 2,55%:		
Redução na obrigação de benefício definido		21.006
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)		12
		Outros planos
cenário considerando uma redução de 50 "basis point" a 9,03%:		
Aumento na obrigação de benefício definido		2.102
Duração média ponderada da obrigação (em anos)		11
cenário considerando um aumento na taxa de 50 "basis point" a 10,03%:		
Redução na obrigação de benefício definido		1.989
Duração média ponderada da obrigação (em anos)		11

Retorno esperado nos ativos do plano de pensão

	R\$
Seguros	23.211
Renda fixa	715
Total	23.926

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos do plano compreendem:

	R\$
Seguros	23.211
Renda fixa	715
Total	23.926

Para desenvolver a premissa da expectativa de taxa de retorno de longo prazo dos ativos, foram considerados o retorno histórico e as expectativas futuras de retorno para cada classe de ativo, bem como o objetivo de alocação dos ativos do portfólio do plano de pensão.

Contribuições pagas aos planos

A controlada indireta Maxion Wheels contribuiu aos planos de benefício definido com R\$ 21.920 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 28.509 em 31 de dezembro de 2015).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital integralizado é de R\$ 700.000 e está dividido em 94.863.372 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em adição às 94.863.372 ações ordinárias, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 33.600.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante a emissão de novas ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará a quantidade de ações emitidas, o prazo de emissão e as condições de integralização.

A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opções de compra de ações de sua emissão a seus administradores, colaboradores ou pessoas físicas que prestem serviços à Companhia, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

b. Reserva estatutária de investimento e de capital de giro

Tem por finalidade assegurar investimentos produtivos e acréscimo do capital de giro, até mesmo mediante amortização de dívidas da Companhia, bem como capitalização e financiamento de controladas e negócios em conjunto. Será formada com parcela anual de, no mínimo, 10% e, no máximo, 58% do lucro líquido, que terá como limite máximo o importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

c. Destinação do lucro líquido

O lucro líquido do exercício, apurado em conformidade com os termos do artigo 191 da Lei nº 6.404/76, terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) 37% para a distribuição, como dividendos obrigatórios; e (iii) o restante que não for apropriado à reserva estatutária de investimento e de capital de giro ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária será destinado como dividendo suplementar aos acionistas. Em 15 de março de 2016, foram pagos os dividendos referentes ao exercício de 2015, no montante de R\$ 20.885.

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	21.531	49.366
Realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos	6.701	7.080
Total a distribuir	28.232	56.446
(-) Reserva legal (5%)	(1.412)	(2.822)
Destinação do lucro:		
Dividendos mínimos obrigatórios - 37%	(10.446)	(20.885)
(-) Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro	(16.374)	(32.739)

d. Opções outorgadas reconhecidas e ações em tesouraria

- Pagamentos baseados em ações: referem-se ao resultado registrado com o plano de opções de compra de ações dos planos 2015, 2014, 2012, 2011 e 2010 deduzidos do exercício das opções elegíveis. Em 31 de dezembro de 2016, houve o cancelamento de 94.285 opções. Em 31 de dezembro de 2015, não houve exercício de ações, porém houve o cancelamento de 136.826 opções.
- Ações em tesouraria: em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía 266.043 ações ordinárias destinadas ao atendimento dos planos de outorga de opções no montante de R\$ 5.936 (R\$ 6.042 em 31 de dezembro de 2015), como compromisso de plano de opções de compra de ações.
- Ações em tesouraria: Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia adquiriu 120.000 ações ordinárias no montante de R\$ 2.155. A Companhia manterá as ações adquiridas em tesouraria podendo aliená-las em bolsa de valores para fins de utilização dos recursos para o pagamento do Programa de Incentivo de Longo Prazo ("Programa 2016"), mencionado na nota explicativa nº 22.
- Em 31 de dezembro de 2016, o valor de mercado das 386.043 ações ordinárias mantidas em tesouraria correspondia ao total de R\$ 4.501, representado pela cotação de 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 11,66 por ação.

21. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

A Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 1º de dezembro de 2009, aprovou o plano de outorga de opções de compra de ações para administradores da Companhia, estando as condições individuais de cada beneficiário descritas nesse plano.

O beneficiário deverá ter destinado parte da gratificação anual paga pela Companhia, a título de participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes ("participação nos resultados"), a fim de adquirir, em Bolsa de valores, ações de emissão da Companhia ("ações próprias"). Para tais fins, o beneficiário deverá destinar a participação nos resultados, a fim de comprometer-lo nos percentuais definidos de 75%, 50% ou 25%. O percentual eleito pelo beneficiário para aquisição de ações próprias determinará o número de opções que o beneficiário terá direito a exercer. Caso o beneficiário deixe de destinar qualquer percentual da participação nos resultados à aquisição de ações próprias, não lhe será outorgada nenhuma opção.

O percentual de comprometimento da participação nos resultados para aquisição de ações próprias deverá ser definido e, consequentemente, comprovado pelo beneficiário à Companhia, mediante a apresentação da respectiva nota de corretagem até cinco dias após o fim do prazo para aquisição de ações próprias. O prazo para aquisição de ações próprias terá início no dia subsequente ao dia em que

As opções de compra de ações em circulação no fim do exercício têm as seguintes datas e preços de exercício:

Em 31 de dezembro de 2016

Data da outorga	Valor justo da opção na data da outorga - R\$	Valor justo da opção	Preço de exercício - R\$	Opções em circulação	Vida remanescente contratual (anos)	Opções exercíveis
Março de 2010	10,67	-	14,88	13.532	0,2	13.532
Março de 2011	7,12	-	20,95	19.188	0,2	19.188
Março de 2012	8,14	0,04	20,95	19.188	1,2	19.188
Março de 2012	7,45	-	32,13	6.278	0,2	6.278
Março de 2012	9,09	-	32,13	6.259	1,2	6.259
Março de 2012	10,59	0,07	32,13	6.259	2,2	6.259
Abril de 2014	7,13	0,42	23,34	9.193	2,2	9.193
Abril de 2014	9,43	0,92	23,34	9.193	3,3	-
Abril de 2014	10,37	1,43	23,34	9.193	4,3	-
Abril de 2015	4,81	4,04	10,38	16.821	3,3	-
Abril de 2015	5,35	4,71	10,38	16.786	4,3	-
Abril de 2015	6,29	5,24	10,38	16.786	5,3	-
Total				<u>148.678</u>		<u>79.899</u>

Em 31 de dezembro de 2015

Data da outorga	Valor justo da opção na data da outorga - R\$	Valor justo da opção	Preço de exercício - R\$	Opções em circulação	Vida remanescente contratual (anos)	Opções exercíveis
Março de 2010	9,87	0,00	14,88	9.102	0,2	9.102
Março de 2010	10,67	0,42	14,88	27.589	1,2	27.589
Março de 2011	6,05	0,00	20,95	32.532	0,2	32.532
Março de 2011	7,12	0,10	20,95	36.722	1,2	36.722
Março de 2011	8,14	0,59	20,95	36.722	2,2	36.722
Março de 2012	7,45	0,01	32,13	7.454	1,2	7.454
Março de 2012	9,09	0,14	32,13	7.434	2,2	7.434
Março de 2012	10,59	0,50	32,13	7.434	3,2	-
Abril de 2014	7,13	1,33	23,34	9.193	3,2	-
Abril de 2014	9,43	2,12	23,34	9.193	4,3	-
Abril de 2014	10,37	3,16	23,34	9.193	5,3	-
Abril de 2015	4,81	6,21	10,38	16.821	4,3	-
Abril de 2015	5,35	6,88	10,38	16.786	5,3	-
Abril de 2015	6,29	7,58	10,38	16.786	6,3	-
Total				<u>242.963</u>		<u>157.555</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o preço de mercado das ações da Companhia era de R\$ 11,66 (R\$ 12,30 em 31 de dezembro de 2015). As opções foram mensuradas ao valor justo na data da outorga com base no pronunciamento técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações. A média ponderada do valor justo das opções em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1,76 (R\$ 1,85 em 31 de dezembro de 2015).

As opções foram precificadas com base no modelo "Black & Scholes", e os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções outorgadas foram os seguintes:

- Volatilidade de 38,21% estimada com base no desvio-padrão do preço de fechamento diário da ação dos últimos cinco anos.
- Vida esperada da opção correspondente a um e cinco anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 13,36%, 11,87%, 11,28%, 11,16% e 11,24%, para um, dois, três, quatro e cinco anos, respectivamente.

22. PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO

Em 27 de abril de 2016, o Conselho de Administração aprovou um plano de incentivo de longo prazo referente aos resultados de 2016 a 2019 ("Programa 2016"), o qual tem por objetivo: i) promover o bom desempenho da Companhia e o atendimento dos interesses de seus acionistas por meio de um comprometimento de longo prazo por parte dos administradores e empregados da Companhia; e ii) alinhar a remuneração e benefícios outorgados a determinados administradores e empregados da Companhia com a performance das ações de emissão da Companhia nas bolsas de valores e com a performance econômico-financeira da Companhia.

Nos termos e condições do plano de incentivo de longo prazo, os beneficiários do Programa 2016 farão jus a prêmios em dinheiro referenciados (i) no valor das ações da Companhia em bolsa de valores; e (ii) no retorno sobre capital investido na Companhia ("Return On Invested Capital" ou "ROIC"). O recebimento dos prêmios denomina-se "Restricted Stock Unit", no primeiro caso, e "Performance Share", no segundo caso.

A Companhia outorgou 229.703 Restricted Stock Unit ("RSU") e 229.703 Performance Shares ("PS"), no valor de R\$ 14,26 cada, respectivamente, que equivale ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) dos 20 (vinte) pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) anteriores a data de outorga em 27 de abril de 2016.

As RSUs serão liquidadas em três tranches distintas, sendo 33,4% em 27 de abril de 2018 e 33,3% em 27 de abril de 2019 e 20,20 respectivamente. O montante a ser pago por cada RSU liquidada será equivalente ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) de 2010 (dez) pregões antecedentes à data de liquidação.

As PSs serão liquidadas em 27 de abril de 2020, somente se o ROIC médio da Companhia apurado entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2019 for atendido de acordo com os índices estipulados pelo Conselho de Administração para o Programa de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, o montante provisionado referente ao Programa 2016 é de R\$ 889, registrado na rubrica "Outras obrigações", no passivo não circulante. As ações em tesouraria adquiridas para fins de utilização dos recursos para o pagamento do "Programa 2016" estão demonstradas na nota explicativa nº 20.d).

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	9.850	8.817	18.146	20.810
Receita com juros - plano de pensão	-	-	715	693
Descontos obtidos e juros ativos	308	177	412	392
Ganho financeiro na reversão de processos judiciais	4.395	4.482	4.398	4.482
Atualização monetária da taxa CACEX (a)	-	5.168	-	5.168
Atualização monetária dos depósitos judiciais	1.619	2.686	2.155	2.686
Ganho de crédito fiscal (b)	25.703	-	25.703	-
Outras	1.202	1.875	6.308	3.019
Total	<u>43.077</u>	<u>23.205</u>	<u>57.837</u>	<u>37.250</u>
Despesas financeiras:				
Juros passivos e encargos financeiros	(207.600)	(228.242)	(311.755)	(301.160)
Juros do plano de pensão	-	-	(12.320)	(11.535)
Atualização monetária das provisões para riscos	(3.296)	(4.041)	(7.030)	(7.836)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(6.286)	(3.930)	(6.288)	(3.930)
Custo amortizado das emissões das debêntures	(18.365)	(8.383)	(18.365)	(8.383)
Despesas bancárias	(5.953)	(7.906)	(14.303)	(11.361)
Outras	(9.418)	(436)	(12.192)	(10.149)
Total	<u>(250.918)</u>	<u>(252.938)</u>	<u>(382.253)</u>	<u>(354.354)</u>

(a) Com base no processo de habilitação de crédito na Receita Federal do Brasil, a Companhia registrou complemento de atualização monetária de créditos tributários federais.

(b) Reconhecimento de crédito tributário, conforme detalhes na nota explicativa nº 8 (a).

24. VARIAÇÃO CAMBIAL, LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber de clientes	(2.940)	74	(8.233)	2.531
Empréstimos e financiamentos	7.894	6.500	9.181	5.945
Fornecedores	(90)	(1.299)	(7.776)	(12.693)
Aplicação financeira	-	-	(83)	11.587
Instrumentos financeiros derivativos	(8.642)	(6.549)	(7.826)	(6.796)
Outras	(4.518)	3.728	(5.337)	(230)
Total	<u>(8.296)</u>	<u>2.454</u>	<u>(20.074)</u>	<u>344</u>

25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta de venda de bens	1.424.840	1.344.590	7.273.282	7.235.258
Deduções da receita:				
Impostos sobre vendas	(293.151)	(252.944)	(422.979)	(363.978)
Abatimentos, devoluções e cancelamentos	(30.753)	(14.814)	(33.849)	(24.824)
Receita líquida de vendas	<u>1.100.936</u>	<u>1.076.832</u>	<u>6.816.454</u>	<u>6.846.456</u>

26. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Matéria-prima	(511.479)	(490.733)	(3.390.744)	(3.586.003)
Salários e benefícios	(370.430)	(351.687)	(1.365.359)	(1.269.738)
Materiais/manutenção	(61.596)	(68.193)	(510.142)	(493.782)
Energia elétrica	(36.057)	(25.547)	(255.960)	(246.328)
Depreciação e amortização	(44.251)	(38.892)	(316.903)	(301.465)
Serviços prestados por terceiros	(43.434)	(34.116)	(166.179)	(154.398)
Frete	(21.833)	(21.400)	(147.092)	(136.521)
Honorários da Administração	(16.147)	(11.624)	(16.147)	(11.624)
Locomoção/comunicação	(13.375)	(11.402)	(51.498)	(47.246)
Outros custos e despesas	(22.231)	(26.768)	(159.946)	(192.065)
Total	<u>(1.140.833)</u>	<u>(1.080.362)</u>	<u>(6.379.970)</u>	<u>(6.439.170)</u>
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(1.030.404)	(987.793)	(5.844.866)	(5.954.428)
Despesas com vendas	(27.214)	(25.657)	(150.931)	(155.560)
Despesas gerais e administrativas	(67.068)	(55.288)	(368.226)	(317.558)
Honorários da Administração (nota explicativa nº 10)	(16.147)	(11.624)	(16.147)	(11.624)
Total	<u>(1.140.833)</u>	<u>(1.080.362)</u>	<u>(6.379.970)</u>	<u>(6.439.170)</u>

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ganho (perda) na venda de ativos (a)	-	(978)	68.710	(605)
Acordo judicial (b)	-	-	21.629	-
Ganho na valorização da opção de compra de participação acionária - Índia	-	-	7.337	-
Despesas com reestruturação (c)	-	(23.629)	-	(29.899)
Despesas com reestruturação - planta de Guarulhos (d)	-	-	(28.722)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	12.023	(6.256)	2.683	2.172
Total	<u>12.023</u>	<u>(30.863)</u>	<u>71.637</u>	<u>(28.332)</u>

(a) Em 22 de fevereiro de 2016, a controlada indireta Maxion Wheels do Brasil concluiu o processo de venda dos imóveis de sua propriedade, localizados no município de Guarulhos, Estado de São Paulo, pelo valor total de R\$ 84.058, totalmente recebido naquela data. Nessa operação foi registrado um ganho líquido de R\$ 68.710, deduzido o custo residual dos ativos e das respectivas despesas de corretagem.

(b) Em setembro de 2016, a Companhia concretizou um acordo com relação a uma discussão judicial, resultando no reconhecimento de um ganho de R\$ 21.629 no trimestre, líquidos de honorários advocatícios correspondentes.

(c) Despesa não recorrente para adequar a estrutura de custos à demanda atual do mercado automotivo brasileiro em 2015.

(d) Despesas não recorrentes relacionadas à transferência da produção de rodas de aço da planta de Guarulhos para a planta de Limeira (rodas leves) e para a planta de Cruzeiro (rodas pesadas), com o objetivo de melhorar a utilização da capacidade instalada no Brasil.

28. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Considerações gerais e políticas

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. Esses instrumentos estão representados por aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e mútuos, bem como instrumentos financeiros derivativos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pelo Conselho de Administração, por meio do Comitê Financeiro.

A política relativa à contratação de instrumentos financeiros, com o objetivo de proteção, também é aprovada pelo Conselho de Administração, sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que se pretende proteger. Os resultados obtidos dessas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco.

O Conselho de Administração da Companhia acompanha como a Administração monitora a aderência às políticas e aos procedimentos de administração de risco e revisa a adequação do modelo de administração de risco em relação aos riscos aceitos pela Companhia e por suas controladas.

Classificação dos instrumentos financeiros - por categoria

Ativo:	Controladora						
	Nota explicativa	Empréstimos e recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	5	29.659	-	-	69.484	-	-
Contas a receber de clientes	6	184.973	-	-	121.546	-	-
Total		<u>214.632</u>			<u>191.030</u>		
Passivo:							
Empréstimos e financiamentos	14	-	691.623	-	-	590.178	-
Debêntures	14	-	504.705	-	-	1.168.646	-
Derivativos embutidos	14	-	-	6.660	-	-	20.760
Fornecedores	15	-	93.033	-	-	52.194	-
Total			<u>1.289.361</u>	<u>6.660</u>		<u>1.811.018</u>	<u>20.760</u>

Ativo:	Consolidado						
	Nota explicativa	Empréstimos e recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	5	431.599	-	-	739.255	-	-
Contas a receber de clientes	6	835.158	-	-	865.496	-	-
Total		<u>1.266.757</u>			<u>1.604.751</u>		
Passivo:							
Empréstimos e financiamentos	14	-	2.548.720	-	-	2.225.449	-
Debêntures	14	-	504.705	-	-	1.168.646	-
Derivativos embutidos	14	-	-	6.660	-	-	20.760
Fornecedores	15	-	856.084	-	-	936.491	-
Total			<u>3.909.509</u>	<u>6.660</u>		<u>4.330.586</u>	<u>20.760</u>

b. Valores justos

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme as práticas contábeis do pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelos níveis 1, 2 ou 3.

No caso da Companhia e de suas controladas, os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como contas-correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores de curto prazo, apresentam-se por valores próximos aos de mercado.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos empréstimos pode ser assim demonstrada:

	Valor contábil	Valor justo
	2.548.720	2.525.761

O valor justo das opções de conversão das debêntures, conforme o valor divulgado na nota explicativa nº 14, foi determinado em 31 de dezembro de 2016, utilizando o modelo de apreçamento de opções "Black & Scholes".

O valor justo da dívida decorrente da 6ª emissão de debêntures da Companhia é calculado com base nas cotações do mercado secundário (nível 1) publicadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA nas datas dos balanços. A comparação entre o valor justo e o valor contábil das debêntures pode ser assim demonstrada:

	Valor contábil	Valor justo
	175.407	168.812

O valor justo dos bônus de subscrição das debêntures da 7ª emissão, conforme o valor divulgado na nota explicativa nº 14, foi determinado em 31 de dezembro de 2016, utilizando o modelo de apreçamento de opções "Black & Scholes".

O valor justo da dívida decorrente da 7ª emissão de debêntures da Companhia é calculado com base nas cotações do mercado secundário (nível 1) publicadas pela ANBIMA nas datas dos balanços.

O valor justo dos outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é como segue:

	Valor contábil	Valor justo
	331.518	333.789

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o pronunciamento técnico CPC 46/IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

c. Gestão de riscos financeiros

As operações

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominados em moeda estrangeira.

Risco de concentração

Os produtos da Companhia e de suas controladas são usualmente vendidos mediante ordens de compra de valores relevantes, colocadas periodicamente por um número concentrado de clientes, que representam um volume significativo de suas vendas. Atualmente, cerca de 65% da sua receita operacional é concentrada em dez clientes. A perda de um cliente relevante ou a redução do volume adquirido por este poderá afetar negativamente a Companhia e suas controladas.

Risco de flutuação nos preços de aço e alumínio

Uma parcela significativa das operações da Companhia e de suas controladas depende da capacidade de adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço do aço e do alumínio tenha um acréscimo significativo e a Companhia e suas controladas não consigam repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensá-lo, a margem operacional será reduzida.

Análise de sensibilidade - consolidado

Os instrumentos financeiros, incluindo, quando aplicável, os instrumentos derivativos, estão expostos às variações em decorrência da flutuação de taxas de câmbio, taxas de juros (Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP) e taxa do CDI. As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis que foram consideradas pela Administração da Companhia são apresentadas a seguir:

i) Seleção dos riscos

A Companhia e suas controladas selecionaram quatro riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por elas detidos: (1) taxa de câmbio do dólar norte-americano/real; (2) taxas de juros dos empréstimos e financiamentos (TJLP), (IPCA), (CDI) e (LIBOR); e (3) taxa de remuneração das aplicações financeiras (CDI).

ii) Seleção dos cenários

Foram considerados três cenários para análise de sensibilidade de risco para os indexadores desses ativos e passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. A CVM, por meio da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários, com deterioração de 25% e 50% das variáveis de risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2016.

O cenário provável considerado pela Companhia é o cenário real da cotação do dólar norte-americano/real, TJLP, CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de 31 de dezembro de 2016. Para tanto, foram consultados o "site" do Banco Central do Brasil - BACEN como fonte de dados para a cotação do dólar norte-americano/real, o "site" do BNDSES para a TJLP, o "site" da CETIP S.A. - Mercados Organizados para a taxa do CDI, o "site" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para o IPCA e o portal Bloomberg para a LIBOR.

Análise de sensibilidade de variações em moeda estrangeira

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrado no quadro de exposição cambial do item "Risco de taxas de câmbio", foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e, por esse motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda que afete o fluxo de caixa dessas controladas.

Considerando essas exposições cambiais, em 31 de dezembro de 2016, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

Risco da Companhia	Perda	
	Cenário possível	Cenário remoto
Queda do dólar norte-americano	2.202	4.403

O cenário possível considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano, considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 3,2591/US\$ 1,00 (R\$ 4,0739/US\$ 1,00), e o cenário remoto, uma desvalorização de 50% (R\$ 4,8887/US\$ 1,00).

Os resultados à luz das paridades consideradas seriam perdas de R\$ 2.202 e R\$ 4.403 nos cenários possível e remoto, respectivamente. A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável, por considerar que este reflete substancialmente as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros - risco da Companhia de aumento da taxa de juros

Empréstimos e financiamentos - TJLP e cestas de moedas	Cenários		
	Provável	Possível + 25%	Remoto + 50%
TJLP em 31 de dezembro de 2016	7,50%	9,38%	11,25%
Financiamentos indexados - TJLP - R\$ 22.311:			
Despesa financeira estimada	1.673	2.093	2.510
Efeito - perda	-	(419)	(837)

Empréstimos e financiamentos - IPCA	Cenários		
	Provável	Possível + 25%	Remoto + 50%
IPCA em 31 de dezembro de 2016	6,29%	7,86%	9,44%
Financiamentos indexados - IPCA - R\$ 17.286:			
Despesa financeira estimada	1.087	1.359	1.632
Efeito - perda	-	(271)	(545)

Empréstimos e financiamentos - CDI	Cenários		
	Provável	Possível + 25%	Remoto + 50%
CDI em 31 de dezembro de 2016	16,55%	20,75%	24,98%
Empréstimo indexado - 119,9% do CDI - R\$ 355.727:			
Despesa financeira estimada	58.873	73.813	88.861
Efeito - perda	-	(14.941)	(29.988)

Empréstimos e financiamentos - LIBOR	Cenários		
	Provável	Possível + 25%	Remoto + 50%
LIBOR em 31 de dezembro de 2016	1,32%	1,65%	1,98%
Empréstimo indexado - LIBOR - R\$ 900.445:			
Despesa financeira estimada	11.865	14.857	17.829
Efeito - perda	-	(2.992)	(5.964)

Debêntures - CDI	Cenários		
	Provável	Possível + 25%	Remoto + 50%
CDI em 31 de dezembro de 2016	13,63%	17,04%	20,44%
Debêntures indexadas - 100% do CDI - R\$ 515.805:			
Despesa financeira estimada	70.304	87.893	105.431
Efeito - perda	-	(17.589)	(35.126)

Análise de sensibilidade de variações nas aplicações financeiras - risco da Companhia em caso de redução da taxa de juros

Aplicações financeiras - CDI	Cenários		
	Provável	Possível (-) 25%	Remoto (-) 50%
CDI - R\$ em 31 de dezembro de 2016	12,55%	9,42%	6,29%
Aplicações financeiras - 92,5% do CDI - R\$ 43.158:			
Receita financeira estimada	5.416	4.065	2.715
Efeito - perda	-	(1.351)	(2.702)

Instrumentos financeiros derivativos

"Swap"

Nessa rubrica estão contabilizadas as perdas não realizadas com operação de "swap" em aberto, no montante de R\$ 5.234 compensadas pela variação cambial dos itens protegidos, conforme segue (vide comentários na nota explicativa nº 14):

Item protegido	Contraparte	Valor		Data de		31/12/2016	
		nocional (US\$)	Data de início	Data de vencimento final	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo (perda) R\$
Cédula de crédito à exportação	Banco ABC						
	Brasil S.A.	9.650	25/09/2015	14/09/2017	US\$ + 4,6% a.a. R\$ + (112,5% CDI)		(5.234)

Não há margem de garantia para esse contrato, e a sua liquidação ocorrerá em reais por meio da diferença entre a posição ativa e a posição passiva no contrato; portanto, sem recebimento físico de moeda do valor nocional na data do vencimento.

Em junho de 2016, as controladas Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S. e Maxion Inci Jant Sanayi A.S., em virtude de suas previsões de compras futuras de aço e alumínio e a fim de proteger o risco de variação de preço, assinaram contratos a termo para fixação de preço da referida "commodity". Em 31 de dezembro de 2016, o total dos ganhos líquidos não realizados com esses contratos a termo de aço e alumínio, reconhecido na rubrica "matérias-primas" (nota explicativa nº 7), era de R\$ 2.598, tendo sido registrado em contrapartida à rubrica "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados" (nota explicativa nº 25) no resultado do exercício.

As operações possuem prazos de liquidação, os quais levam em consideração a previsão das compras, entre três e oito meses da data de contratação. Em 31 de dezembro de 2016, as operações em aberto totalizam dois contratos, com vencimentos previstos entre 1º de janeiro de 2017 e 28 de fevereiro de 2017 e estão assim resumidas:

Objeto amparado	Risco	Contraparte	Valor nocional (em milhares)		Ganho valor de mercado
			€	R\$	
Estoques	Preço de "commodities"	Türkiye İş Bankası A.Ş.	14.850	53.588	2.598

29. GESTÃO DE CAPITAL

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para obter a confiança do investidor, credor e mercado, bem como o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre o capital, os quais a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do "Weighted Average Cost of Capital - WACC" (Custo Médio Ponderado de Capital).

A dívida em relação ao capital é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.202.988	1.779.584	3.060.085	3.414.855
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(29.659)	(69.484)	(431.599)	(739.255)
Dívida líquida	1.173.329	1.710.100	2.628.486	2.675.600
Total do patrimônio líquido	1.783.985	2.153.447	2.017.077	2.456.490
Relação dívida líquida sobre patrimônio	66%	79%	130%	109%

30. COMPROMISSOS ASSUMIDOS - ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel de imóveis, no montante de R\$ 86.672, por períodos variáveis entre 2017 e 2021, com cláusula de renovação automática. A expectativa é de que esses contratos continuem sendo renovados. Em 2016, os gastos com esses contratos de aluguel no consolidado foram de R\$ 34.605 (R\$ 24.667 em 2015).

Tais arrendamentos possuem cláusulas restritivas de praxe, como garantias contra rescisão antecipada de contrato, entre outras, com as quais, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas estavam adimplentes, fazendo com que nenhum dos contratos de aluguel vigentes estivesse sendo caracterizado, naquela data, como contrato oneroso pela Administração. Adicionalmente, nenhum pagamento considerado como "contingente" havia sido efetuado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não mantêm outros compromissos a longo prazo com terceiros.

31. RESULTADO POR AÇÃO (REAPRESENTADO)

	31/12/2016	31/12/2015
Denominador:		
Média ponderada da quantidade de ações	94.863.372	94.863.372
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(299.703)	(266.043)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	94.563.669	94.597.329
Numerador - básico:		
Lucro líquido do exercício - R\$	21.531.476	49.365.712
Lucro líquido do exercício por ação básico - R\$	0,22769	0,52185
Numerador - diluído:		
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	94.563.669	94.597.329
Quantidade de ações em tesouraria	266.043	266.043
Quantidade de ações do Programa 2016	33.660	-
Média ponderada da quantidade de ações	94.863.372	94.863.372
Lucro líquido do exercício	21.531.476	49.365.712
Lucro líquido do exercício por ação diluído - R\$	0,22697	0,52039

Não havia instrumentos financeiros com efeito dilutivo na data das demonstrações financeiras. As debêntures correspondentes à 6ª emissão e os bônus de subscrição correspondentes à 7ª emissão, ambos conversíveis em ações, se encontravam "fora do dinheiro" nas datas do balanço.

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 8 - Informações por Segmento requer que os segmentos sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. O principal tomador de decisões operacionais da Companhia é representado pelo Presidente.

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento (automotivo), tendo uma estrutura de gestão matricial em que somente as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em níveis mais detalhados, uma vez que os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e por suas controladas são divididos entre as divisões Maxion Wheels e Maxion Structural Components.

A receita líquida está representada da seguinte forma para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

Participação	31/12/2016	31/12/2015
Operações na América do Sul - Brasil	20,5%	19,7%
Operações internacionais:		
América do Norte	31,5%	34,3%
Europa	39,9%	37,8%
Outros	8,1%	8,2%
Receita líquida	31/12/2016	31/12/2015
Operações na América do Sul - Brasil	1.400.256	1.350.617
Operações internacionais:		
América do Norte	2.144.369	2.346.260
Europa	2.717.409	2.587.779
Outros	554.420	561.800
Total	6.816.454	6.846.456

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do seu estoque, imobilizado e responsabilidade civil, entre outros. Os valores de cobertura de suas apólices vigentes em 31 de dezembro de 2016 são como segue:

Bens segurados	Cobertura	Montante da cobertura
Estoque e imobilizado	Incêndio, rai, explosão, vendaval e quebra de máquinas, entre outros	1.716.595
Transporte de cargas	Risco rodoviário e responsabilidade civil do transportador de cargas e risco de transporte durante importações e exportações	68.397
Responsabilidade civil e profissional	Reclamações de terceiros	531.679

34. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Transações ocorridas sem desembolso de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Aumento de capital por meio de dividendos distribuídos de controlada em conjunto	8.911	-	8.911	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado a pagar com recursos de financiamentos bancários, registrados na rubrica "Fornecedores"	1.775	1.180	38.029	25.764

35. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DOS DIRETORES

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e com o respectivo relatório do auditor independente, assim como para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 727/14, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

36. EVENTO SUBSEQUENTE

A Companhia tem apresentado capital circulante negativo nos últimos exercícios e, no sentido de equilibrar a sua situação financeira e melhorar o perfil de sua dívida, a Administração vem trabalhando em uma série de medidas para mudar essa situação, que podem ser resumidas como segue:

- Capitalização da Companhia mediante emissão de novas ações, incentivando a conversão de parte das debêntures emitidas em capital e o exercício de bônus de subscrição emitidos pela Companhia;
- Obtenção de linhas de crédito de longo prazo, no exterior, a um custo menor, para liquidar os passivos de curto prazo; e
- Aumento de rentabilidade das operações brasileiras, buscando sinergias de produção e incremento de lucratividade.

Parte das referidas medidas resultou em ações que já foram implementadas, cujos frutos foram colhidos no início do ano de 2017, que detalhamos a seguir:

Em 10 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração aprovou um aumento do capital social da Companhia no montante total de até R\$ 400.000, mediante a emissão privada de até 31.496.063 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 12,70 por ação. Em 21 de março de 2017, o Conselho de Administração homologou o referido aumento do capital social da Companhia em sua totalidade ("Aumento de Capital"), tendo sido R\$ 275.159 integralizados em moeda corrente e R\$ 124.841 integralizados mediante dação em pagamento das debêntures da 7ª emissão pública de debêntures simples, da espécie quirográfrica, série única, emitidas pela Companhia em 1º de abril de 2014 ("Debêntures da 7ª Emissão").

Além disso, em 15 de fevereiro, 6 de março e 15 de março de 2017, o Conselho de Administração homologou novos aumentos do capital social da Companhia no montante total de R\$ 154.323, mediante a emissão de 12.151.415 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, dentro do limite do capital autorizado, em decorrência de (i) exercício de bônus de subscrição emitidos pela Companhia em 1º de abril de 2014, como vantagem adicional aos subscritores das Debêntures da 7ª Emissão, ao preço de exercício de R\$ 12,70 por ação, conforme solicitações de exercício recebidas e confirmadas entre os dias 17 de janeiro de 2017 e 13 de março de 2017 ("Exercício de Bônus de Subscrição"); e (ii) conversão de debêntures da 6ª emissão pública de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, série única, emitidas pela Companhia em 1º de abril de 2013, ao preço de conversão de R\$ 12,70 por ação, conforme solicitações de conversão recebidas e confirmadas no referido período. Em 21 de março de 2017, foi ratificado e aprovado o cancelamento de 172.277 Debêntures da 7ª Emissão dadas em pagamento da subscrição de ações no âmbito do Aumento de Capital e do Exercício de Bônus de Subscrição.

Desta forma, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, passou de R\$ 700.000, dividido em 94.863.372 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 1.254.323, dividido em 138.510.850 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 24 de fevereiro de 2017, a controlada Maxion Wheels EAAP Holding GmbH, captou empréstimo sindicalizado, envolvendo 7 bancos, no montante de € 130.000 mil, com taxa de Euribor 3 meses + 3,6% a.a., com duração total de 5 anos, sendo 2 anos de carência, e recursos destinados para pagamento de empréstimos de curto-prazo da Companhia. O referido empréstimo, também possui "covenants", os quais possuem os mesmos índices financeiros conforme descrito na seção "Condições das Debêntures", item b).

Em 27 de março de 2017, como fruto das ações já implementadas, a Companhia passa a operar com um capital circulante líquido positivo.

37. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação e emissão pela Diretoria em reunião ocorrida em 27 de março de 2017.

DIRETORIA

MARCOS S. DE OLIVEIRA - Diretor Presidente AUGUSTO RIBEIRO JUNIOR - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores PAULO MARCIO ALMADA DOS SANTOS - Diretor Corporativo de Recursos Humanos

Contador: RENATO J. SALUM JUNIOR - CRC nº 1 SP 237586/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, examinaram o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das correspondentes notas explicativas, elaboradas de acordo com a legislação vigente, bem como examinaram a proposta de distribuição de dividendos apresentada pela administração da Companhia.

Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da administração da Companhia e no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as referidas demonstrações financeiras, emitido sem ressalvas

São Paulo, SP, 27 de março de 2017.

Membros do Conselho Fiscal:

Ademar Rui Bratz Maurício Diácoli Reginaldo Ferreira Alexandre

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente, que foi instituído dentro das melhores práticas de Governança Corporativa, na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de dezembro de 2011, na qual foi aprovada o seu Regimento Interno, tendo a Assembleia Geral Extraordinária de 26 de abril de 2012 aprovado a inclusão do artigo 28 no Estatuto Social.

O Comitê é composto de 3 (três) membros eleitos em reunião do Conselho de Administração e os atuais membros foram eleitos em 29 de abril de 2015 com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária de 2017, sendo um membro pertencente ao Conselho de Administração e dois membros independentes, sendo um deles, coordenador do Comitê, especialista em contabilidade e finanças, sem exercer outra função na Companhia.

Compete ao Comitê avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, o cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da firma de auditoria externa, supervisão das atividades da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos da Companhia.

www.iochpe.com.br

As avaliações do Comitê baseiam-se nas suas próprias análises e nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

- discussão e avaliação das políticas de independência dos auditores independentes, conhecimento e avaliação do planejamento dos trabalhos para o exercício de 2016, dos níveis de relevância e das áreas de risco por eles identificadas, bem como da sua satisfação na obtenção de evidências sobre as principais operações da Companhia;
- acompanhamento do sistema de controles internos e da gestão de riscos com base nas reuniões com os auditores internos, auditores externos e administração;
- acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, mediante reuniões com os administradores e auditores independentes;
- acompanhamento das decisões da Companhia com relação aos projetos de tecnologia da informação;
- acompanhamento das atividades da área tributária do corporativo;
- acompanhamento das atividades das áreas corporativas jurídica e legal, principalmente com relação aos processos ativos e passivos em andamento e o seu reconhecimento ou não, na contabilidade;
- revisão do "Formulário de Referência" divulgado ao mercado;
- acompanhamento do canal de denúncias, responsabilidade direta do Comitê pelo recebimento e apuração de qualquer denúncia ou suspeição de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis adequados de transparência do procedimento; e
- O Comitê tomou conhecimento do teor do novo relatório dos auditores independentes (NBCs 700 e 701) sobre os exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados.

Conclusão

Os membros do Comitê de Auditoria da Iochpe-Maxion S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, procederam à análise das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos profissionais da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para deliberação pelos acionistas.

São Paulo, 27 de março de 2017.

Adelino Dias Pinho Coordenador	Sergio Luiz Silva Schwartz Membro	Antonio Carlos Foschini Membro
-----------------------------------	--------------------------------------	-----------------------------------

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas da Iochpe Maxion S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Iochpe Maxion S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Iochpe Maxion S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (*IASB*).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, como um todo e na forma de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Avaliação sobre a apuração dos impostos correntes e a realização de impostos diferidos ativos

Por que é um PAA:

Devido ao fato da Companhia possuir diversas controladas no exterior e ter acumulado saldos significativos de créditos tributários decorrentes de imposto de renda e contribuição social, bem como à complexidade de julgamento exercido pela Administração na avaliação, determinação, registro e realização de ativos e passivos diferidos correspondentes, existe o risco de divergências na aplicação das normalizações vigentes, notadamente o CPC 32- Tributos sobre o lucro, equivalente ao *IAS 12 - Income taxes*.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros, a avaliação do desenho e a implementação dos controles relevantes determinados pela Administração com relação à avaliação, determinação, registro e realização dos ativos e passivos diferidos, a utilização de especialistas em tributos na verificação da aderência à legislação fiscal e na análise dos cálculos realizados pela Administração. Adicionalmente, avaliamos a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros e de realização dos saldos registrados. Analisamos e desafiamos as principais premissas adotadas pela Administração na elaboração do estudo de recuperação de créditos tributários.

As divulgações da Companhia sobre as práticas contábeis e os saldos de impostos diferidos estão apresentadas, respectivamente, nas notas explicativas nºs 4 e 9 às demonstrações financeiras.

2. Recuperabilidade de ágio e ativo imobilizado - "impairment"

Por que é um PAA:

A Companhia possui saldos significativos de ágios e ativo imobilizado registrados, que podem apresentar riscos de realização, e consequentemente a perda do seu valor recuperável. O risco se dá não somente pela relevância dos saldos, como também pelo impacto do cenário econômico local e global na determinação das premissas de crescimento e da taxa de desconto utilizada nos "Estudos de existência de risco de realização - *impairment*", conduzidas pela companhia, e do alto grau de julgamento envolvido na determinação das estimativas por parte da Administração.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação do desenho, da implementação dos controles relevantes determinados pela Administração com relação à análise do valor recuperável dos ativos, a análise dos planos de negócios da Companhia, global e por unidade geradora de caixa, com o suporte técnico de especialistas em avaliação quando aplicável, na avaliação e desafio das premissas de crescimento de receita e da taxa de desconto utilizadas pela Administração nos "Estudos de existência de risco de realização - *impairment*". Examinamos, também, a adequação das divulgações da Companhia com relação ao assunto.

As divulgações da Companhia sobre as práticas contábeis e os saldos estão apresentadas, respectivamente, nas notas explicativas nºs 4, 12 e 13 às demonstrações financeiras.

3. Gestão de Liquidez

Por que é um PAA:

Dado o grau de endividamento gerado pela aquisição de negócios e pela Companhia ter apresentado capital circulante negativo em anos anteriores, o que poderia suscitar dúvidas sobre a sua capacidade de adequada gestão de liquidez e, consequentemente, da continuidade de suas operações.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, procedimentos sobre o plano de negócios da Companhia, avaliando as principais premissas adotadas, bem como os planos apresentados pela Administração para a gestão de liquidez para os próximos anos. Verificamos o fluxo de caixa esperado para o próximo ano, no sentido de identificar situações de risco de liquidez, e avaliamos as principais premissas utilizadas pela Administração na elaboração desse fluxo, tais como as taxas de juros, receitas de vendas, custos dos produtos e as despesas administrativas projetadas.

Adicionalmente, identificamos no referido plano determinadas medidas específicas definidas pela Administração, que objetivavam o reestabelecimento do equilíbrio do capital circulante líquido da Companhia, e verificamos, posteriormente, a concretização das ações tomadas pela Administração para a consecução dessas medidas, conforme divulgado nas notas explicativas nºs 14 e 36 às demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico

www.iochpe.com.br

[30394] DOESP - 4 col x 30 cm - Petran003 / VEC - 6 col x 35 cm - AP 49605 - Pág. 12

CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e o relatório do auditor.

A Administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2017

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Walmir Bolgheroni
Contador
CRC nº 1 SP 139.601/O-9

Deloitte.